

SEMANA DA  
**COESÃO SOCIAL**  
UM FUTURO ONDE TODOS CONTAM



## Documento Síntese:

Resumos dos Painéis e Sessões Paralelas

Dezembro 2019

**CASCAIS**

Tudo começa nas pessoas

---

<b><i>Nota de Abertura-Presidente do CLAS.....</i></b>	<b><i>3</i></b>
<b><i>Introdução .....</i></b>	<b><i>6</i></b>
<b><i>Painel I - Coesão Social como visão .....</i></b>	<b><i>7</i></b>
<b><i>Painel II - (Des)igualdades e Coesão Social: que desafios para a esfera local? .....</i></b>	<b><i>11</i></b>
<b><i>Painel III - Governação e Governança Local, Responsabilidade Partilhada para a Coesão Social. Que Desafios para a Rede Social de Cascais.....</i></b>	<b><i>17</i></b>
<b><i>Painel IV - Inovação e Sustentabilidade. Desafios para as Práticas e Culturas Organizacionais.....</i></b>	<b><i>22</i></b>
<b><i>Painel V – Coesão Social: desafios atuais e futuros na perspetiva dos líderes dos grupos parlamentares da Assembleia da República .....</i></b>	<b><i>26</i></b>
<b><i>Sessão Paralela 1: Diversidade cultural .....</i></b>	<b><i>30</i></b>
<b><i>Sessão Paralela 2: Infância e Juventude .....</i></b>	<b><i>37</i></b>
<b><i>Sessão Paralela 3: Inclusão e Deficiência/Doença Mental.....</i></b>	<b><i>40</i></b>
<b><i>Sessão Paralela 4: Cada vez vivemos mais. E então...?.....</i></b>	<b><i>44</i></b>
<b><i>Participação .....</i></b>	<b><i>49</i></b>
<b><i>Avaliação .....</i></b>	<b><i>50</i></b>

## Nota de Abertura-Presidente do CLAS

---

Muito boa noite a todas e a todos. Cumprimento o Prof. Milton de Sousa da Nova SBE e o Dr, Rui Fiolhais, Presidente do Instituto da Segurança Social. Somos parceiros e vamos continuar a ser parceiros no desenvolvimento das responsabilidades e competências que cada um deve exercer. Cumprimento a todos e a todas em duas pessoas: uma, no nosso Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mota Soares, a outra, escolho a Sra. Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, Dra. Isabel Miguens, que lidera a instituição parceira mais antiga, para representar todas as organizações do concelho. Na abertura da Semana da Coesão Social quero registar que este evento é organizado pela Rede Social de Cascais, por aqueles que se reúnem no Conselho Local de Ação Social, pela forma como têm vindo a colaborar e a construir em conjunto.

Não é por acaso que estamos na Nova SBE, que representa o maior investimento em Coesão Social que alguma vez tivemos em Cascais. Se hoje é clara a visão de que se tratava de um investimento fundamental para Cascais, o seu impacto irá extravasar em muito aqueles que foram os fatores que inspiraram essa visão inicial

Nascemos num tempo que já não é o tempo de hoje. Alterou-se um conjunto de dinâmicas, de princípios e valores em que a sociedade se alicerça. Para quem tem funções públicas ao nível de um Município como Cascais, que está em 5º lugar em número de habitantes, aumenta o sentido de responsabilidade. Obriga a saber aprender e eu tenho tido o privilégio de aprender com todos e todas vós.

Demorou muito tempo até haver uma preocupação social do Estado. Impõe-se o reconhecimento do papel primordial das Misericórdias e da Santa Casa da Misericórdia de Cascais em particular, na prestação de assistência. As pessoas que estão em cargos de responsabilidade pública são confrontadas com problemas de índole social e o que a história de Cascais nos ensina é o que outros fizeram, os problemas com que se defrontaram, os obstáculos que encontraram e como os ultrapassaram. Claro que os problemas eram muito diferentes mas o que se mantém é a vontade de não deixar que nenhum cidadão fique para trás.

Hoje, a perspetiva que tenho, é que a análise que temos que fazer tem que ser pensada de forma diferente e teremos que agir de forma diferente ou não vamos garantir os níveis desejáveis de bem-estar. Esta noção de bem-estar é independente de crenças religiosas, de perspetivas culturais, da ideologia pois resulta da sensibilidade humanista subjacente que permite encontrar soluções que visam cumprir o compromisso com o bem-estar dos nossos munícipes.

Tive o privilégio de assumir as responsabilidades como presidente da Câmara Municipal de Cascais no período mais profundo da crise e das consequências que tiveram a ganância de meia dúzia sobre milhões de outros concidadãos. Foram momentos que nos obrigaram a pesar tudo, ter que questionar a forma como iríamos fazer. O facto da CMC querer complementar a atuação do Estado Central gerou alturas de grande preocupação: cada vez havia mais solicitações e cada vez havia menos capacidade de resposta por parte do Estado Central. Os problemas dos nossos municípios estavam à porta e não podíamos deixar de os acolher. Isto obrigou-nos a fazer uma reestruturação, uma reorganização na gestão do próprio município por forma a não haver cortes financeiros na área social. A coesão social também é a capacidade de definir prioridades e ficaram definidas desde início: são mais fragilizados, os mais jovens, os séniores, os concidadãos com deficiência, os desempregados. Não pode haver nenhum projeto de felicidade, mesmo os que têm como projeto de vida a acumulação de bens materiais, se à sua volta existir uma comunidade desestruturada sob o ponto de vista social.

A coesão social não se garante apenas com o assistencialismo: todas as políticas públicas municipais têm que concorrer no mesmo sentido. Temos que criar elevadores sociais que permitam dar ferramentas ao cidadão para descontinuar a pobreza. O projeto de felicidade não se cumpre se o cidadão não tiver onde aplicar as suas competências, o seu talento, nomeadamente ao nível do trabalho.

Apesar do esforço de investimento em habitação social, na saúde, nas escolas, na oferta de equipamentos desportivos e culturais, se não há quebra do ciclo de pobreza, é necessário fazer algo diferente. É necessário uma congregação de esforços para garantir a coesão social. Tenho a noção que temos níveis muito elevados de coesão social no concelho de Cascais graças também àquilo que entendemos fazer.

Temos todos que gerir melhor as nossas organizações, temos que racionalizar melhor os nossos meios, para que não corramos o risco de não termos recursos suficientes para prestar o apoio que os outros precisam.

O exercício do poder do povo, a democracia, está em risco quando olhamos para a democracia representativa e precisamos de a rejuvenescer e por isso, evoluímos para caminhos como a democracia participativa e colaborativa de que a nossa Rede Social é um bom exemplo. As instituições exercem o poder do povo, daquele que lhes está próximo ou sobre o qual têm responsabilidade, e fazem-no em colaboração. Nunca poderemos prescindir da colaboração sob pena de não termos níveis aceitáveis de coesão social e democracia.

Na abertura desta Semana da Coesão Social, com o tema “O futuro onde todos contam”, temos que refletir como vamos fazer para que todos continuem a contar no futuro. O

que temos hoje não está, de todo, garantido. O que temos hoje não responde ainda aos problemas que temos. Temos que dar um salto qualitativo na procura desse futuro onde todos continuarão a contar. Para isso, eu continuo a contar com todos e todas vós, com a vossa entrega, com a vossa sensibilidade e com a vossa paixão. Os resultados que temos alcançado não são só fruto da vossa competência e talento, são fruto da grande paixão que entregam naquilo que fazem.

Da parte de alguém que tem o privilégio de estar como Presidente da Câmara e a presidir a Rede Social com as instituições como as que temos no concelho de Cascais, só posso estar sempre muito agradecido.

Muito obrigado!

## Introdução

A Rede Social de Cascais e a Câmara Municipal de Cascais organizaram a Semana da Coesão Social que decorreu de 04 a 07 de dezembro de 2018, na NOVA School of Business and Economics, *campus* de Carcavelos. Convocou-nos a todos – cidadãos, profissionais, empresários e políticos – para pensar e debater o desenvolvimento de Cascais até 2030.

Construir um futuro onde todos contam foi o desafio do seminário “Coesão Social: uma responsabilidade Partilhada”, que contou com a presença de investigadores, nacionais e internacionais, profissionais e testemunhos de cidadãos em diversas temáticas.

1668 Múncipes, 200 organizações e empresas participaram na construção do Diagnóstico Social que possibilitou o conhecimento das necessidades e dos recursos existentes em Cascais e cujos resultados são o ponto de partida para a reflexão sobre o caminho da ação comum a implementar:



Construir um futuro onde todos contam foi também a oportunidade de conhecer a história da intervenção social em Cascais (do Séc. XIV até Séc. XX), no lançamento do Livro “Cascais Social, História de um Percurso Secular”; foi fomentar o contacto e a relação entre organizações e empresários marcando presença no Market Place, dar a

conhecer os talentos artísticos e culturais dos públicos com quem as organizações sociais trabalham, organizações estas que tiveram um dia de portas abertas à comunidade.

O presente documento é o registo dos tópicos principais que foram debatidos na componente de seminário. Fica disponível um conjunto importante de reflexões sobre os dados do Diagnóstico Social e o que estes nos interpelam na definição do futuro. Incluem-se igualmente a caracterização dos participantes e a avaliação que fizeram do evento.

## Painel I - Coesão Social como visão

**Moderadora: Isabel Baptista (CESIS)**

**Oradores: Sérgio Aires (Consultor), Inês Amaro (ISCTE), Teresa Ramos (CMC), Filipa Pereira (CMC), Madalena Dias (CEDRU)**

### **Comentários aos Dados**

No contexto europeu os desafios à coesão social são a exclusão, a desigualdade, a discriminação, a pobreza, por vezes combinados nos mesmos territórios e sobre as mesmas pessoas. A pobreza e a exclusão são a negação da democracia. A evolução dos indicadores nos últimos 20 anos diz que a coesão social tem sido mantida indo pela via de evitar os problemas. A estratégia Europa 2020 inclui uma meta para a redução da pobreza. Contudo a crise financeira e económica que surgiu na mesma altura da definição da estratégia, foi tratada como algo pontual. Isto gerou um descompromisso com as metas da estratégia 2020.

Os modelos assentes na noção de crescimento impunham nesta estratégia a valorização da redistribuição da riqueza. Acontece que este modelo não produziu riqueza mas ricos o que não é um bom sinal de coesão social. Produziu um recuo na proteção social, da participação da sociedade civil nos centros de decisão e na influência na decisão política. Se a UE quisesse recuperar níveis de coesão social teria que reconhecer que isto se trata de investimento e não de despesa, considerando p.e. certos tipos de pensões, projetos ligados à infância, sem-abrigo, comunidades ciganas. O cenário atual é de fim de ciclo: em 2008 havia 85 milhões de pobres e atualmente existem 119 milhões (25% da população da EU). A retoma não é suficiente, o desemprego jovem está a ser maquilhado com algumas medidas que não são sustentáveis. Há um desequilíbrio

enorme entre a dimensão económica e a dimensão social da EU com a agravante de que há um descompromisso dos estados-membros pois reforçar a coesão social implica investimento.

Interrogar o conceito de coesão social ao nível autárquico é saber em que medida se está a promover uma sociedade mais inclusiva e sustentável. O próprio conceito de coesão social pode não ser o mais adequado se queremos definir uma sociedade mais justa, com potencial para gerar oportunidades e distribuir estas oportunidades de uma forma equilibrada, que dá voz, vez e lugar a cada um dessa sociedade. Talvez o conceito de justiça social seja mais apropriado. Porque a noção de coesão social aponta para algo que não abala o *status quo*, que não interfere com os sistemas e a forma como eles estão a funcionar. E não reflete que o conflito pode ser positivo: reconhecer que há interesses contraditórios, que existem perspetivas contraditórias, formas de olhar e de pensar soluções que são diferentes e que podem estar em tensão. A visão de sociedade, de como ela deve funcionar e de como deve gerar e repartir as oportunidades não têm que ser coincidentes. O que torna uma sociedade inclusiva e moderna reflete-se na capacidade que tem para criar espaços para as diferenças serem expostas, esgrimidas e acolhidas e integradas num sistema político, económico e social.

Já não há muitas dúvidas de que o modelo de funcionamento que assenta no valor trabalho como forma de distribuir lugares de integração, de estatuto social dos cidadãos e, simultaneamente, plataforma de distribuição de rendimentos e riqueza, é um modelo que apresenta enormes limitações. Não há emprego disponível para a quantidade de mão-de-obra disponível; a lógica do emprego que paga impostos deixou de ser um mecanismo eficaz que proporcione aos cidadãos o acesso a rendimentos, a um nível de vida adequado. A deterioração do emprego tem levado à ideia de que o que é preciso é trabalho, em qualquer condição e que ter acesso a um rendimento é que é o fundamental. Contudo a Organização Internacional do Trabalho chama atenção para a noção de trabalho digno e dignificante que garanta o acesso ao direito de participar na vida pública, ao consumo. Por exemplo, os jovens, entre os 20 e 30 anos, têm uma integração no mercado de trabalho intermitente e precária, sem horizonte, previsibilidade do futuro, e isto traz desafios à noção de justiça social.

O enfoque na inovação: às vezes é preciso voltar a ideias velhas que não são nada inovadoras mas que ganharam uma nova importância: a pobreza não é um problema dos pobres; a exclusão não é um problema dos excluídos; não é um problema dos departamentos de desenvolvimento social das câmaras municipais; dos filantropos sociais ou caridosos; a pobreza é um problema político e da sociedade inteira e esta ideia não tem nada de inovadora.



### **Discussão/Pontos de Confronto**

Importa refletir em que medida é que a adoção de um processo de construção do Diagnóstico Social baseado em dimensões de bem-estar dos cidadãos, que se preocupa com o impacto em grupos de análise prioritários e que procura os resultados imateriais, como valores, confiança e solidariedade, consubstanciando-se num referencial conceptual e metodológicos inovadores, pode ter um potencial em prevenir as fraturas entre pessoas e sociedade? Se temos que regressar à perceção da pobreza e do que ela significa é porque fracassamos como sociedade. Achávamos que tínhamos convencido a sociedade que a pobreza tem causas estruturais, multidimensionais que nos responsabilizam a todos e não um fenómeno individual que apenas precisa de amortecimento. O Diagnóstico Social é isso também ser capaz de assumir o fracasso e de como se ultrapassa esse fracasso. Porque parece que num contexto tão centralista, seja na EU, seja no país, parece que é impossível eliminar a pobreza e a exclusão social. Embora seja mais difícil lidar com as políticas públicas ao nível local, a verdade é que Cascais consegue demonstrar a partir do diagnóstico Social que há mais vida para além do centralismo. É possível fazer coisas ao nível local e contrariar tendências globais. Em 1996 quando se estabelece uma Rede Social ao nível nacional, Cascais já tinha uma rede social e fazia parte de uma pequena minoria de municípios que trabalhava em rede. O segredo está na longevidade da rede. Os princípios enunciados agora já eram postos em prática há muito tempo. Só assim é possível este grau de trabalho e mostrar que é possível combater a pobreza ao nível local. Outro segredo, é a avaliação e a avaliação de impacto e sermos coerentes com essa avaliação. Isto é planificar a vida em sociedade de um concelho em democracia.

### **Pistas/Propostas/Orientações**

Este município teve a coragem e a inteligência de não embarcar numa perspetiva de intervenção assistencial/ emergência em substituição da proteção social e da dimensão da inclusão e do trabalho com os mais vulneráveis. Mostrando também que o investimento faz parte da atuação da governança política local. Não se trata apenas de uma injeção financeira na área social mas de ir ao encontro de recursos e interlocutores externos, introduzir novas formas de análise, introduzir novas formas de democracia participativa e, portanto, é um percurso muito interessante. O espaço da governança local, junto ao território, é um espaço em que se pode ir demonstrando que em coisas muito pequenas, há alternativas. É uma forma de reconhecimento. A delimitação da quota de responsabilidade por se considerar que estas questões ultrapassam o nível de responsabilidade ou porque os problemas parecem complexos demais, aumenta a distância entre quem decide e quem é atingido por essa decisão. Esta distância cria as condições ideais para o aparecimento de figuras com discursos que traduzem realidades muito complexas com explicações muito simples, propondo soluções muito primárias que visam responder a sentimentos também muito primários: a necessidade de segurança e estabilidade nas nossas vidas. Daí a responsabilidade das estruturas de

governança local em fomentarem estes espaços que são espaços de consciencialização, de integração e dar voz ao outro e a múltiplos outros. O território tem este potencial para ser um local de experimentação e de demonstração do que é possível fazer de outras formas e com que resultados.

## Painel II - (Des)igualdades e Coesão Social: que desafios para a esfera local?

**Moderadora:** Isabel Guerra (DINÂMIA'CET-IUL)

**Oradores:** Carlos Farinha Rodrigues (ISEG), Susana Peralta (Nova SBE), Anália Torres (Centro Interdisciplinar de Estudos de Género – ISCSP), João Ferrão (ICS)

### **Comentários aos Dados**

Estaremos no bom caminho no que diz respeito às desigualdades e à coesão social? O DS representa um esforço muito importante de levantamento de dados: conjuga dados estatísticos oficiais com dados recolhidos no âmbito local. Apesar dos dados disponíveis, não é possível dizer se as desigualdades estão a diminuir em Cascais. A informação dá pistas, *insights*, não nos permite ser conclusivos. O problema da informação é relevante porque não se trata da sua ausência, é não termos capacidade para aceder a ela. Para a informação ser mais completa devíamos aceder á informação fiscal para percebermos os rendimentos das pessoas que vivem em Cascais. Há o problema de fazer uma análise com insuficiência de dados. Pode parecer um paradoxo mas é mais fácil encontrar dados sobre pobreza e exclusão social do que sobre desigualdade. Assim, recolheu-se a informação possível, confrontando-se as várias fontes de informação. O que a informação recolhida nos diz? A indisponibilidade de alguns dados conduz a que a análise seja feita em duas vertentes: a distribuição dos salários baseada nos mapas de remunerações de pessoal (uma coisa são os salários pagos pelas empresas em Cascais e outra são os salários auferidos pelos residentes) e informação sobre as prestações sociais, que pode induzir em erro, pois a diminuição do número de beneficiários baixou porque as regras de acesso mudaram. Não se devem a uma alteração das condições de vida mas ao quadro legal que faz com que as pessoas tenham mais dificuldades em aceder às medidas. E não há informação para além dos rendimentos do trabalho e das prestações sociais: não sabemos nada sobre os rendimentos de propriedade e capital, sobre património, sobre a distribuição da riqueza. A informação recolhida está mais direcionada para as questões da pobreza mas é insuficiente para a análise da desigualdade. Se o objetivo é pensar as desigualdades, pode tentar-se reduzi-las de duas formas: ou regular os rendimentos excessivos do topo da distribuição ou elevar o nível das pessoas com menos rendimentos. Claramente, este diagnóstico prende-se com a segunda opção.

### **Discussão/Pontos de Confronto**

Em Cascais, como noutros lugares, as desigualdades são pontos de encontro de múltiplas desigualdades. Saltam à vista a heterogeneidade do território, a relação entre desigualdades e o nível de educação. Muitos estudos sobre desigualdades colocam as questões da educação como central para percebermos a desigualdade e de termos alguma possibilidade sustentada para a reduzir no futuro. Como é que funciona essa desigualdade num concelho com elevados níveis de instrução? Quando os dados são apresentados sob a forma de médias, a diferença dos níveis de educação de toda a gente

não é puramente semântica. Sabe-se muito pouco sobre a realidade geograficamente localizada das desigualdades em Portugal. A informação está fechada na autoridade tributária e no Ministério da Segurança Social tornando difícil esta caracterização. No entanto, se mais Câmaras quiserem fazer este esforço de caracterização social dos seus municípios, mais pressão haverá para os dados que são pagos com os nossos impostos possam estar disponíveis das comunidades e decisores políticos. Os dados sobre RSI e CSI dão-nos uma informação sobre os rendimentos mais baixos. A única medida de desigualdade que nós temos é a diferença entre salário médio e o salário mínimo, que é uma medida dos salários pagos pelas empresas em cascais. É por isso que quando olhamos para os valores salariais, Cascais no panorama da AML não é um concelho muito rico. Porém, quando se olha para o gráfico das pensões, os valores são muito superiores à medida da AML: são pagos a residentes e são uma medida do que terão sido os salários ao longo da vida ativa. Isto leva a pensar que a diferença/ desigualdade salarial em Cascais é provavelmente maior do que está nos dados do DS.

Os outros fatores de desigualdade que interferem nos valores salariais, para além do nível educacional, é a relação com o mercado de trabalho, ou seja, o tipo de vínculo contratual, se é de natureza sazonal, etc., e a composição familiar: se há crianças, o número de dependentes. Infelizmente, não existe o cruzamento destes dados ao nível municipal. Mas Cascais já fez um esforço de complementar a escassa informação oficial. Para se ter uma visão das desigualdades importa introduzir outras dimensões, que são: o nível de educação, a relação com o mercado de trabalho e composição familiar. Sabemos p.e. que o problema da pobreza infantil é um desafio da realidade portuguesa e é pouco provável que não o seja também para Cascais. Falta igualmente o aspeto dinâmico da evolução e tendências destas medidas e dados geracionais, para começar a perceber-se um pouco melhor a noção de mobilidade social, que é muito importante para a política pública. Outro ponto, prende-se com as políticas de apoio às famílias devido à constatação de que ainda são as mulheres que assumem os papéis de prestadoras de cuidados às crianças e adultos dependentes. E como temos a Rede Social como pano de fundo, importa fazer a caracterização do acesso por níveis de rendimento a atores (organizações) locais que têm como missão a tarefa de facilitar a tarefa das mulheres do cuidar.

Quanto às questões da igualdade de género, importa enquadrá-las num panorama mais abrangente de Portugal e dos dados europeus: em todos os grupos profissionais, os homens ganham mais do que as mulheres. Nos salários de topo, a diferença pode chegar quase aos 2 mil euros e no operariado qualificado e não qualificado, ronda os 200, 300 euros. E isto é assim ao longo da vida. Por outro lado, em alguns grupos profissionais, a maioria dos trabalhadores são mulheres: advogadas, professoras, procuradoras, juízas, médicas. O que mostra que em profissões em que o nível de educação é elevado, há mulheres em maioria. Outro dado relevante é o número de horas de trabalho em todas

as fases da vida, quer na família/casa, quer com os filhos, em comparação com os homens. A assimetria é grande sobretudo nos países do sul da Europa.

Importa referir que a diferença de género manifesta-se através da segregação horizontal e vertical: esta última refere-se aos homens atingirem os postos de chefia elevados e que correspondem a remunerações mais elevadas. A horizontal refere-se ao facto das mulheres ocuparem tendencialmente os postos de trabalho pior remunerados. Importa evidenciar estas dimensões pois só assim se pode perceber que tipo de ações de devem desencadear. Há muitas frentes para atuar e por isso deve ser feita uma maior desagregação por sexo nos dados do DS, p.e.: no acesso às prestações sociais, nas famílias monoparentais.

As desigualdades sociais resultam da conjugação de muitos tipos de desigualdades sociais. No caso do município de Cascais essas desigualdades têm uma expressão fortíssima sob o ponto de vista territorial, sendo um aspeto que lhe é estrutural. Convém olhar o município como uma série de camadas: uma camada do tempo histórico, outra que reforça a anterior que resulta dos efeitos da crise que afetou desigualmente os diferentes grupos. Os grupos mais vulneráveis como estavam espacialmente mais concentrados no interior, os efeitos da crise foram geograficamente diferenciados. Assim, a capacidade da recuperação da crise também é diferenciada. Ao passado recente temos que acrescentar a emergência de novas dinâmicas a que convém saber se rompem com alguns aspetos anteriores desta desigualdade social ou se abrem frentes para outras situações mais interessantes.

O concelho de Cascais vive um processo de reconfiguração socio demográfica muito diferenciado. Esta diferenciação reproduz e assenta nesta diferenciação histórica entre o interior e o litoral ou abre oportunidades. Nesta reconfiguração existem três fatores muito importantes que são o envelhecimento, a imigração e o mercado imobiliário e estão fortemente articulados. O envelhecimento afeta mais o litoral do que o interior; a imigração é um fenómeno complexo e não podemos misturar os brasileiros vistos *gold* com os africanos de Matocheirinhos. A imigração tem num extremo os vistos *gold* e no outro extremo os grupos decorrentes de dinâmicas que conhecemos, em rede, em que as pessoas são atraídas por familiares ou pessoas que conhecem. Estão a aumentar os grupos estatisticamente invisíveis mas que têm influência na vida do município. Esta equação envelhecimento, imigração e mercado imobiliário cria uma nova combinação cujo resultado final é desconhecido e que em parte depende do jogo ação/inação. Há uma tendência para uma crescente polarização social e para uma maior diversidade social. Estes aspetos apenas parcialmente se sobrepõem: a polarização social pressupõe alguma diversidade social mas nem toda a diversidade é polarizada. Esta é uma questão complexa quase laboratorial. Cascais vai à frente em termos de soluções. Se olharmos para os dados do mercado imobiliário referentes ao 1º semestre de 2018 Cascais na

Área Metropolitana Lisboa, vem logo a seguir a Lisboa no nº de fogos lançados no mercado; há uma dinâmica que é indiscutível que é verificável até pelo nº de ruas que se conseguem avistar, que é sempre um bom indicador; o crescimento em relação ao semestre homólogo anterior é superior a Lisboa, com índices cada vez mais próximos da capital e cada vez mais distante dos outros municípios da AML; Cascais é o 2º município com o preço mediano mais elevado do país (2100€/m<sup>2</sup>). Nos dados da mobilidade, referentes ao final de 2017, Cascais é o 3º município da AML em que o meio de transporte individual é o mais utilizado (72,5%). Há um acréscimo sustentado no recurso ao meio de transporte individual e uma utilização média baixa do transporte público coletivo. O baixo grau de satisfação dos utilizadores é um elemento importante.

### **Pistas/Propostas/Orientações**

O que se pode fazer a nível local para reduzir as desigualdades? Temos que articular o nível micro com o nível macro para reduzir as desigualdades. Há uma possibilidade de ir pela via dos rendimentos, corrigindo os rendimentos extremos e aqui o instrumento adequado é a política fiscal; também podemos assegurar que os indivíduos que estão no extremo inferior tenham melhores rendimentos. A nível local claramente as possibilidades de intervenção prendem-se com a segunda vertente. A CMC não pode alterar a política fiscal nacional, não pode alterar as formas de funcionamento do mercado laboral a nível estrutural. Isto tem uma consequência: a luta contra a desigualdade a nível local é irmã gémea da luta contra a pobreza e a exclusão social. Temos que conceber que ao nível micro, trata-se de garantir aos cidadãos os níveis mínimos como a igualdade de acesso aos serviços. Isto implica o reconhecimento dos direitos de cidadania de cada indivíduo. Implica a auscultação dos indivíduos mais afetados pelas diversas formas de desigualdade. Infelizmente, somos muito tolerantes à existência de desigualdades e de pobreza. Os direitos sociais devem fazer parte do nosso ADN enquanto cidadãos. O trabalho comunitário pode e deve ter uma atuação fundamental: sem proximidade, sem conhecer a realidade concreta, fugindo às armadilhas das médias e das medianas, é fundamental para podermos criar uma cultura de redução de desigualdades.

A geografia mais micro das interações sociais tem um impacto gigantesco, sobretudo nos primeiros anos de vida. Por isso importa saber o que funciona em termos de políticas locais, fazendo da Rede Social um laboratório. Sabe-se que crianças dos bairros problemáticos têm o limite (início da adolescência) em que é possível contrariar os percursos mais desiguais e a exclusão. Mudando as famílias para contextos mais sãos, com menor exposição a comportamentos de risco, com equipamentos dirigidos à infância, com apoio parental, proporcionando oportunidades de emprego, boa rede de transportes que faça com que as pessoas consigam empregos com melhores salários. A Rede Social já faz muita coisa importante e por isso importa fazer avaliação.

No que diz respeito ao género, importa mudar a grelha do olhar, porque uma vez que se começa a ver, não se pode deixar de ver. Importa ter um plano. Há questões a fazer quanto à conciliação trabalho família, que não é um problema das mulheres: homens e mulheres têm família. Como é o dia-a-dia das pessoas, que é mais complicado do que se imagina. Ou podemos até imaginar mas tendemos a achar que é uma espécie de condenação e que não há muito a fazer. Os transportes públicos são essencialmente usados por mulheres. As questões das descontinuidades entre transportes públicos, as distâncias pesam muito mais às mulheres porque são estas que assumem para si (independentemente de trabalharem), os cuidados com os filhos, os cuidados com a casa. Ao ponto de as mulheres se colocarem na situação de serem “más mães” ou “más cuidadoras”, como se este papel lhes fosse natural. Aos homens sob o ponto de vista de género, é-lhes atribuída uma tarefa que é a de que devem ganhar mais. Perante o nascimento de um filho, recomenda-se que trabalhe mais pois tem mais despesas. Quando a mensagem podia ser exatamente ao contrário, que deveria partilhar mais os cuidados.

A geografia dos sintomas, a geografia das causas e a geografia das intervenções não coincidem. A relação entre diagnóstico e a ação pressupõe que a geografia dos sintomas seja analisada ao mesmo tempo que a geografia das causas e das intervenções porque só assim podemos saber o que é resolúvel a nível local e aquilo que não o sendo, implica o acesso a outro nível de decisão.

Cascais nas áreas do ambiente (que inclui as alterações climáticas e a sustentabilidade) e social, está à frente no contexto nacional e por vezes no contexto europeu. Falou-se muito de governança, envolvendo os vários atores do concelho. Mas se olharmos para a governança multinível, há um exercício para o qual Cascais está bem preparado, que é a partir das experiências que já teve, influenciar esta governança multinível de baixo para cima.

Recentrar a forma como olharmos para os temas. Hoje na maioria dos encontros sobre mobilidade, a ótica é falar-se sobre mobilidade e transição energética. Nos encontros sobre o mercado imobiliário, falamos das relações com as dinâmicas económicas, criação de emprego e reabilitação urbana. Isto é importantíssimo. Mas e as pessoas? Uma das vantagens a retirar deste diagnóstico é que não deixou que as pessoas ficassem de fora.

É de salientar que o diagnóstico tenha sido “esticado” até as dimensões de bem-estar, objetivo e subjetivo. Se olharmos em termos de *tipping points*, o que pode preocupar são as determinantes da saúde mental e é completamente transversal ao Cascais/rico e Cascais/pobre, Cascais /litoral, Cascais/interior. É o passo que tem que ser dado face ao trajeto que Cascais fez até agora em termos de desenvolvimento e bem-estar. Veremos

que a sua geografia provavelmente não coincide com a geografia do município e ao não coincidir, talvez abra porta para percebermos coisas novas que hoje não vemos.

O combate à desigualdade deve ser feito prioritariamente nas pessoas com menores rendimentos. É importante acompanhar o que está a ser investido, monitorizar, avaliar e perceber que há uma avaliação diferida no tempo, sobre a qual não se pode ajuizar a adequabilidade do investimento porque não é nesse tempo curto que os resultados poderão ser captados.



### Painel III - Governação e Governança Local, Responsabilidade Partilhada para a Coesão Social. Que Desafios para a Rede Social de Cascais

**Moderador: Daniel Traça (Nova SBE)**

**Oradores: Pedro Adão e Silva (CoLabor e ISCTE-IUL), Nelson Dias (Banco Mundial), João Pedro Tavares (Associação Cristã de Empresários e Gestores)**

#### **Comentários aos Dados**

Os oradores efetuaram poucas alusões aos dados apresentados tendo mencionado a realidade de Cascais em situações pontuais como: o diagnóstico social de Cascais espelha uma consciência sobre a necessidade de uma avaliação e de uma monitorização das políticas públicas; Cascais está a caminhar para um elevado grau de compromisso, para um sistema integrado de participação dos cidadãos. O município cumpre com os dispositivos legais e desenvolve de forma voluntária a participação. Foi referido o Plano Municipal de Promoção da Saúde de Cascais como um bom exemplo do envolvimento dos cidadãos na conceção de políticas públicas; Existem poucas empresas envolvidas na Rede Social de Cascais como consequência de uma comunicação insuficiente e por não estarem a ser captados os líderes empresariais com consciência social, com consciência de que a responsabilidade vai para além do lucro.

#### **Discussão/Pontos de Confronto**

A reflexão iniciou-se pela explanação da relação entre o estado central e as entidades responsáveis ao nível local pelo desenvolvimento de respostas sociais, o terceiro setor e os municípios.

Abordou-se o passado desta relação sendo que antes do 25 de abril o Estado tinha uma função meramente supletiva relativamente às respostas e aos equipamentos sociais. Posteriormente, a constituição veio possibilitar que as instituições privadas pudessem desempenhar um papel na prestação de serviços. As sucessivas revisões constitucionais reforçaram a importância do 3º setor. Outro marco relevante nesta relação foi o processo de integração europeia, o qual permitiu através dos fundos comunitários uma expansão, quer dos equipamentos, quer das instituições. A integração europeia também se refletiu a um nível não material, ou seja, no novo conjunto de ideias e de princípios de organizar as políticas. De realçar, ainda, o facto da parceria local ter entrado nas políticas públicas portuguesas. Esta última teve duas consequências: o crescimento do número de instituições particulares sem fins lucrativos e o aumento da cobertura do país do ponto de vista dos serviços.

Em relação ao presente da relação estado central - entidades locais, verifica-se a combinação da presença do estado com o terceiro sector não lucrativo a fim de colmatar as falhas do mercado e do estado. Todavia, podem surgir alguns pontos de tensão a nível

da cobertura, da equidade no acesso e da eficiência na gestão de recursos financeiros e humanos.

Relativamente ao futuro desta relação, este passa por saber como lidar com o modelo existente face às suas virtudes e insuficiências. Poder-se-á ponderar uma mudança radical através da nacionalização, da privatização ou da municipalização das respostas. Porém, nenhum desses caminhos poderá ser o mais indicado sendo preferível olhar para o modelo já existente e tentar melhorá-lo tendo em conta três aspetos: a equidade no acesso e no território, a evolução demográfica e a sustentabilidade das entidades. Foram, ainda, enunciadas as cinco questões fundamentais para pensar e perspetivar o futuro da relação entre o estado e o terceiro setor: a definição de políticas, o modelo de financiamento, a sensibilidade regional dos custos, a responsabilidade e adequação das responsabilidades e as alterações demográficas.

Foram referidos os três graus de compromisso dos municípios em matéria de participação. Assim, existe o grau 0: os municípios fazem a participação somente quando são obrigados por lei; o grau intermédio: os municípios cumprem com os deveres legais e estão empenhados em formas voluntárias de promoção da participação dos cidadãos na conceção e gestão dos recursos públicos estando abertos ao diálogo com a sociedade; e o grau elevado de compromisso: os municípios não veem a partilha do poder como uma perda de poder. Estes municípios cumprem com os dispositivos legais e desenvolvem de forma voluntária a participação estando a caminhar para um sistema integrado de participação.

Cascais está a caminhar para um sistema de elevado de compromisso sendo que enfrenta quatro desafios para alcançar esse sistema: como passar das ferramentas de participação a um sistema integrado; como assegurar a articulação entre os diferentes serviços da autarquia e a criação partilhada de metodologias de participação; como rentabilizar os espaços e os recursos na mobilização das pessoas para os processos participativos; e como criar uma cultura institucional de participação dado que dentro da mesma organização existem diferentes formas de olhar a participação. A saber, trabalhar sobre as pessoas, trabalhar para as pessoas e trabalhar com as pessoas. No setor social existe uma tendência para se trabalhar sobre e para as pessoas sendo importante mudar este enfoque.

Do ponto de vista da conceção das políticas públicas sociais a participação dos cidadãos pode-se focar no planeamento, na concretização de ações (projetos, medidas, iniciativas) e na monitorização e avaliação dessas mesmas políticas sendo a área mais importante a do planeamento o que implica envolver os cidadãos na conceção das políticas públicas. Foram referidos exemplos do envolvimento dos cidadãos fora das organizações na conceção de políticas públicas: Plano municipal de promoção da saúde

de Cascais; Plano de desenvolvimento Social de Faro; Plano de diversidade de Torrent - Valência; Projeto Imersão do Rio de Janeiro; Projeto de Gestão de Água da Andaluzia. Novos desafios obrigam a novos modelos, não basta melhorar os modelos já existentes é necessário criar novos modelos no sentido de se obterem os resultados pretendidos. É fundamental captar os líderes empresariais e não as empresas. Estes líderes empresariais deverão ter um sentido de missão, um propósito, que respeitem as pessoas e que as coloquem no centro das organizações visando atingir resultados superiores. Estudos demonstram que as pessoas felizes são 20% mais produtivas. Assim, a responsabilidade social das empresas deverá começar por dentro. É essencial encontrar empresas em que o seu propósito vá muito além da sua finalidade, que não esteja centralizado no lucro mas sim nos indivíduos.

### **Pistas/Propostas/Orientações**

Como se podem encontrar formas para ultrapassar a dificuldade de falar a mesma linguagem para se começar a criar uma zona de diálogo? O estado e as organizações sociais têm tempos, linguagens e lógicas diferentes. No entanto, Portugal tem uma grande vantagem neste campo face ao passado dessa relação que já a obriga a falar a mesma linguagem. Porém, há algumas dificuldades sendo uma delas a adequação, ou seja, o passado tem que lidar com desafios novos, como o desafio demográfico e a regulação comum, isto é, a sustentabilidade financeira das entidades e a desigualdade, quer nos rendimentos, quer nas respostas no território. Também se constata uma tensão entre as prioridades dos atores sendo a prioridade do estado a igualdade no acesso, a do 3º setor a proximidade e a das empresas a obtenção de lucro. Estas tensões vão-se refletir ao nível das respostas e de como se garante que os recursos públicos são utilizados de forma equitativa.

Do ponto de vista do estado que tipo de mudança é necessário para promover a rede e até que ponto uma dependência demasiada da rede para com o estado a torna uma rede mais ineficiente, mais pesada e burocrática? A rede será sempre dependente do estado e dos seus financiamentos. Porém, poder-se-á combinar algum financiamento por parte das famílias a fim de se contrariar o efeito de seleção. O estado deve refletir sobre a forma como calcula os custos e os valores de referência e deverá ter uma sensibilidade territorial a fim de evitar o acentuar das desigualdades. Uma mudança radical do sistema será de excluir, mudanças radicais como a nacionalização, a privatização e a municipalização serão de evitar optando-se por efetuar afinações ao sistema existente. Estas afinações terão que ter em conta as transformações demográficas que irão ocorrer nos próximos 20 anos sendo que a lógica do sistema terá que ser alterada.

De que forma podemos trazer os cidadãos a participar numa lógica mais constante? A Rede Social é uma iniciativa do estado português sendo uma política nacional de gestão

municipal de rede, de atores para a construção de consensos sobre os instrumentos de planeamento social. De salientar, que algumas redes sociais foram essenciais para darem origem a serviços de ação social nos municípios. O trabalho mais intenso da rede é na conceção dos instrumentos de planeamento, o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social. Verifica-se que o trabalho está muito centrado nas organizações sendo necessário alargar as redes sociais às empresas e aos cidadãos que estão fora das organizações. É fundamental que as redes descubram os caminhos de como trazer os indivíduos à participação sobre políticas sociais e mudar esta lógica de olhar para o cidadão como beneficiário de serviços sociais e chama-lo para ser coprodutor de política pública na área social. Os cidadãos são convidados a darem a sua opinião sobre as políticas públicas mas depois não chegam sequer a conhecer os resultados, não tem feedback da sua participação o que gera o desinteresse por estes processos. É importante o cidadão ter conhecimento do resultado final. Infelizmente muitos processos participativos ficam pelo diagnóstico sem existir a preocupação de devolver às pessoas o resultado da sua ação.

Até que ponto é importante a avaliação e até onde essa avaliação deve envolver mais cidadãos? A avaliação não é realizada da melhor forma. A avaliação de impacto é difícil de fazer (é mais exigente e não é tão recorrente). Foi possível produzir legislação de avaliação de impacto ambiental mas relativamente à avaliação sobre os impactos sociais ainda não foi exequível. Tem-se registado um esforço muito significativo nesta área. O diagnóstico social de Cascais espelha uma consciência sobre a necessidade de uma avaliação e de uma monitorização das políticas públicas. É essencial que as avaliações não sejam efetuadas em gabinetes e que os indivíduos possam ser coprodutores da monitorização e da avaliação.

Porque somente duas empresas estão envolvidas nesta Rede Social? Porque não está a ser utilizada a comunicação correta, não estão ser captados os líderes empresariais com consciência de que a responsabilidade vai para além do lucro. É fundamental captar os líderes empresariais e não as empresas. Estes líderes empresariais deverão ter um sentido de missão, um propósito, que respeitem as pessoas e que as coloquem no centro das organizações visando atingir resultados superiores. No futuro quem não trabalhar em rede não irá sobreviver, tornar-se-á fundamental rever os mapas de parcerias, de ativos partilhados e de missões conjuntas entre outros.

Relativamente ao futuro da relação entre o estado central e as entidades responsáveis ao nível local pelo desenvolvimento de respostas sociais, esta passa por saber como lidar com o modelo existente face às suas virtudes e insuficiências. Dever-se-á olhar o modelo já existente e tentar melhorá-lo tendo em conta três aspetos: a equidade no acesso e no território, a evolução demográfica e a sustentabilidade das entidades. Foram, também assinaladas as cinco questões fundamentais para se pensar e perspetivar o

futuro da relação entre o estado e o terceiro setor que são: a definição de políticas, o modelo de financiamento, a sensibilidade regional dos custos, a responsabilidade e adequação das responsabilidades e as alterações demográficas.

## Painel IV - Inovação e Sustentabilidade. Desafios para as Práticas e Culturas Organizacionais

---

**Moderador: Miguel Alves Martins (Nova SBE)**

**Oradores: Pedro Neves (Nova SBE), António Miguel (Nova SBE), Ricardo Zózimo (Nova SBE)**

### **Comentários aos Dados**

Os oradores fizeram poucas referências aos dados apresentados tendo mencionado a realidade de Cascais em situações pontuais como: a Rede Social de Cascais enfrenta o desafio da mudança, em que organizações diversas com propósitos diferentes têm que mudar e em simultâneo. Caso essa mudança não se realize, a rede social não conseguirá funcionar; O município de Cascais está de parabéns pois tem conseguido ser bastante inovador, construtivo numa lógica de capacitação com as organizações com quem trabalha; 65% das organizações do concelho de Cascais tem financiamento da administração central e da administração local; a Rede Social de Cascais é um exemplo de bom funcionamento em rede. O município está a liderar a mudança de paradigma e os problemas que as organizações da Rede Social de Cascais sentem são de melhoria, de crescimento, de melhor ajustamento interno das organizações sociais e da rede.

### **Discussão/Pontos de Confronto**

As organizações sociais que trabalham no terreno com os segmentos mais vulneráveis da nossa população estão a fazer-lo com uma grave falha de financiamento. Esta falha deve-se a um problema sistémico e a incentivos perversos que existem no nosso modelo de financiamento das organizações. A maioria do financiamento financia atividades e não resultados. Os montantes são definidos com base no custo dessas atividades e não no valor económico dos resultados. Em média, 50% dos orçamentos das organizações provém de financiamentos do sector público central e/ou local. Os restantes 50% são colmatados através da comparticipação dos beneficiários, de donativos, de subsídios, de filantropia, e ainda do trabalho prestado por voluntários.

A Segurança Social, no caso de crianças e jovens em risco, financia em média 700€ por mês, mas o valor económico que é gerado no sentido de se evitar que uma criança seja retirada à família, é muito maior que esse montante. É esta discrepância entre pagar por atividades ou pagar por resultados que cria as falhas e os défices de orçamentos nas organizações sociais. De realçar que em Portugal já se começa a desenvolver os títulos de impacto social através dos quais são valorizados os resultados finais, uma vez que é a partir destes que vem o valor económico.

Relativamente ao empreendedorismo, as características de um empreendedor devem ser a resiliência, a capacidade de improviso e a capacidade de inovação. A função de um professor de empreendedorismo deve ser o de reorientar. Não deverá colocar as coisas em caixas e deverá falar sobre o ser empreendedor. Na atividade das organizações

sociais o mais importante é o foco no problema, ou seja, tem a ver com a mudança e com o facto de o técnico ter que resolver um certo problema e ter a consciência de como esta a trabalhar essa questão. Ao atuar dessa forma, a parte empreendedora do técnico vem ao de cima.

### **Pistas/Propostas/Orientações**

O mundo está cheio de inovações que não funcionam. Por isso, porque inovar? Devemos inovar pela eficiência, devemos inovar para o impacto. Contudo, a palavra inovar não tem só conotações positivas. É muito difícil inovar quando estamos a remediar situações, por isso devemos trabalhar preventivamente.

Como podemos transformar a sociedade e os recursos que temos a fim de darmos uma melhor resposta às organizações sociais e também aos seus desafios? Temos que aferir as necessidades do mercado e face a essas necessidades, temos que capacitar e treinar as pessoas que estão à procura de um lugar no mercado com o objetivo de colmatar as carências desse mesmo mercado.

Como é que muitas destas organizações podem aproveitar os vários pontos de inflexão externos e internos e que competências têm que possuir para conseguirem mudar? É mais fácil olhar para o problema de outro prisma do que persistir nas mesmas táticas, nas mesmas soluções. Perde-se muito tempo a discutir aquilo que não é solucionável. A solução é fazer o raciocínio ao contrário, ou seja, como podemos tirar partido da situação, transformar o obstáculo em desafio. Para isso são necessárias competências fundamentais: a capacidade de antecipação, não ficar à espera que os problemas surjam (gastamos muito tempo em resolver os problemas em vez de antecipá-los). Devemos despender os recursos antes dos problemas ganharem proporções épicas e isto não deve ser visto como um desperdício de recurso, muito antes pelo contrário. A prevenção é sempre mais eficaz do que remediar o problema *a posteriori*. As outras competências são uma maior flexibilidade e também uma maior humildade por parte dos diversos interlocutores. É importante do ponto de vista de quem financia, de quem gere os projetos ter espaço para redirecionar os processos à medida que vai percebendo o que está e o que não está funcionar. É essencial que exista flexibilidade dos próprios líderes das associações para assumirem que às vezes a visão que parecia correta já não funciona. É neste momento que eles devem ser humildes e assumirem que existe outra visão melhor. É fulcral ter a capacidade de olharem para o estão a fazer e perceberem/assumirem o que não está a correr bem, identificarem as falhas para conseguirem seguir em frente.

Na medida que por detrás das organizações temos pessoas, como podemos trabalhar para termos indivíduos mais empreendedores, mais flexíveis, que antecipem os problemas, mais humildes durante o processo sendo esta humildade difícil na nossa cultura porque passa por reconhecer falhas? Não dando respostas. Os líderes ao darem

respostas estão a contribuir para que os seus colaboradores não sejam empreendedores. Os líderes ao responderem estão a fornecer-lhes muletas. Um líder tem que ter a responsabilidade de fazer a pergunta de volta. Ao devolver a pergunta duas coisas vão acontecer: uma decisão que podia ser tomada rapidamente vai demorar mais tempo. Quando o líder deixa de dar respostas, terão que ser as pessoas da organização a fazê-lo. A segunda passa por aproveitar as competências das pessoas da equipa. Existe pouca preocupação em ajudar as pessoas a estarem no seu melhor. Caso não o estejam, a probabilidade de serem empreendedoras é diminuta. Isto acarreta um constrangimento enorme na inovação e na capacidade empreendedora que essas organizações podem ter. É importante que os indivíduos estejam no seu melhor.

O processo de resultados e sobretudo o resultado económico de uma determinada ação obriga a que toda uma cadeia funcione de forma interdependente. Sendo o Estado um *player* fundamental, qual o seu papel, a nível central e a nível local, para conseguir agilizar todo este processo? O Estado em vez de perguntar o que funciona e o que não funciona define o método de atuação. Dado que o financiamento está dependente dessas regras torna-se mais um obstáculo à inovação. A transparência é muito importante por um motivo: todos os anos 1,4 mil milhões de euros são canalizados para as IPSS através de acordos de cooperação. Todavia, o cidadão desconhece o impacto e o valor social que esse montante está a criar. Se não há transparência, não se conhece o impacto que se está a ter e não se consegue gerir o desempenho. Deste modo, não se consegue aprender e fazer as alterações necessárias. Desafio para o município e Rede Social de Cascais: uma vez que detêm muita informação das várias áreas de intervenção sobre os beneficiários que servem, poderão através da análise e compreensão de dados estatísticos obterem determinados conhecimentos para posteriormente devolverem esses conhecimentos às equipas no terreno de forma a estas puderem atuar precocemente. Isto é, através da compreensão dos dados poder-se-á evitar o surgimento dos problemas e com os dados poder-se-á aprender e melhorar no médio e longo prazo.

Como conseguimos fazer processos mais colaborativos, intersectoriais juntando o setor público, o setor social e o setor privado para darem resposta ao crescente grau de problemas que enfrentamos? Há um princípio básico na negociação que nos esquecemos muitas vezes que é “O que está na mesa negocial pode ser ampliado”. O ganho pode ser de x mas se trabalharmos bem em rede, este ganho pode-se traduzir num conjunto de benefícios que muitas vezes não são antecipados. Relativamente à questão da humildade intelectual, esta é difícil de assumir, é complicado reconhecer que a nossa perspetiva pode não ser a mais correta. Os outros podem não entender aquilo que eu preciso e muitas vezes eu também não percebo o que os outros querem. Assim, o papel da linguagem é fundamental. Quando existem interlocutores políticos, da sociedade, das empresas e das associações é natural terem visões diferentes, estarem à



procura de benefícios diferentes sendo o grande desafio conseguirem sair cada um da sua caixa e perguntarem o que é que o outro quer, como ajuda-lo e será que há formas alternativas de dar resposta aquele problema.

Qual deverá ser a lógica de financiamento da formação profissional de pessoas com deficiência? O modelo que devia de funcionar é o da majoração/incentivo. Porém, o modelo que vigora em Portugal é o da dedução de dinheiro, de penalização dado estarmos a falar de fundos europeus, nomeadamente do fundo social europeu. O modelo de financiamento vai ter que mudar, por um lado porque o dinheiro existente não chega e por outro lado, o dinheiro disponível vai ter que produzir mais resultados daqueles que produz atualmente.

Como se vai aprender uns dos outros? Quando se quer andar mais depressa temos que aprender uns com os outros. Não obstante, a distância entre setores ser por vezes muito grande, aprendemos uns com os outros dado que os desafios são transversais a todas as organizações sociais. A Rede Social de Cascais é um exemplo de bom funcionamento em rede. O município está a liderar a mudança de paradigma e os problemas que as organizações da Rede Social de Cascais sentem são de melhoria, de crescimento, de melhor ajustamento interno das organizações sociais e da rede. Contudo, o grande problema é a passagem de paradigma, uma vez que as mudanças culturais não são fáceis, a mudança de mentalidade é um processo difícil e demorado.

Em que medida a nova SBE poderá ajudar o terceiro setor a sair da caixa? A Nova SBE está a desenvolver dois programas bastante inovadores que poderão ser úteis para a Rede Social de Cascais. A Nova SBE e a Rede Social de Cascais têm estado a colaborar sendo que esta colaboração poderá ser mais proveitosa na medida que poderá trazer mais-valias para ambas.

## Painel V – Coesão Social: desafios atuais e futuros na perspetiva dos líderes dos grupos parlamentares da Assembleia da República

**Moderador: Frederico Pinho de Almeida (CMC)**

**Oradores: Maria da Luz Rosinha (PS); Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), Joana Barata Lopes (PSD) (\*)**

A questão da coesão social é um tema com um espectro alargado que vai da cultura, infância e juventude, inclusão, deficiência, envelhecimento e aumento da esperança média de vida, inovação e sustentabilidade, desafios presentes e futuros.

Os municípios, pela proximidade, adquirem uma responsabilidade maior e um maior conhecimento em relação aos problemas que afetam as populações. A troca de experiências entre municípios da área metropolitana de Lisboa concorre fortemente para que se possam desenvolver políticas locais de grande importância para os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

A Rede Social foi criada em 1997 e em 1998 começou a ter casos experimentais, em que alguns municípios foram pioneiros. Hoje, por todo o território de Portugal, a Rede Social é, na maioria dos casos, um sucesso. Para tal, contribuiu o envolvimento da comunidade e dos seus representantes. A parceria compõe-se de IPSS, Misericórdias e outras instituições, mas também de um conjunto de agentes que intervém no terreno. Juntam-se as forças de segurança, empresas, entidades da administração central de nível intermédio como o Centro de Emprego, Segurança Social e a Justiça. Constitui-se um organismo de parceria por excelência que pretende ultrapassar os problemas que afetam as famílias com maiores dificuldades. Há redes com mais de 100 membros, o que revela o interesse que a sociedade tem em resolver os seus problemas.

Passadas quase duas décadas do início, a Rede Social precisa de aperfeiçoamentos que resultam do conhecimento dos técnicos que intervém no terreno. Fazem um diagnóstico apurado daquilo que deve melhorar, mesmo em termos de legislação, para que a Rede possa ter instrumentos que lhe permita atuar de uma forma mais rápida e eficaz.

É frequente ouvir a ideia de que não é possível ir mais além porque há um conjunto de travamentos nas estruturas intermédias que dificultam a implementação de soluções. Será que reforçando o poder local, pela via da descentralização de competências, não poderá resolver grande parte das dificuldades burocráticas que se colocam ao funcionamento das redes locais? Estamos num momento chave deste processo: o parlamento já aprovou, o governo já aprovou os diplomas, o Sr. Presidente da República promulgou estes diplomas e vamos entrar numa fase de nova apreciação parlamentar. No diploma dedicado à Ação Social parece fundamental que se reforcem competências, não só financeiras, mas também as que se referem ao poder sobre determinadas áreas e de tomada de decisão o que, até agora, não acontecia. (PS)

É importante termos políticas atentas às matérias sociais porque o que está em causa é a coesão social, que somos todos nós. Podemos olhar para a coesão social como um termómetro que vai aferindo os graus de insatisfação que num determinado momento podem existir. Normalmente aferimos pelas greves, pelas manifestações, por sinais que surgem na sociedade de alguma agitação social. Podemos olhar de uma forma mais imediata ou mais estruturada no tempo. Podemos estar atentos para os ciclos eleitorais que são, por excelência, os momentos de verificar o sucesso e a popularidade de que os políticos necessitam para permanecerem nas suas funções.

A coesão social é um conceito que nos dá conta, nas diversas esferas, do esforço que é preciso para a inclusão e integração de todas as pessoas e evitar que estas se sintam excluídas e violentadas na sua dignidade ou vítimas de injustiça. É isto que determina a ausência de coesão social.

Podemos observar no mundo ocidental a erosão do “centro “ político. Os extremos estão a ganhar uma enorme força. De onde virão estes sinais de agitação social? É preciso distinguir uma situação de acalmia social de coesão social porque podemos estar a viver tempos de algum adormecimento social que poderá converter-se em agitação e violência se não trabalharmos em condições sustentáveis, consistentes e estruturadas para o futuro. Aos políticos importa saberem se com a sua atuação estão a contribuir para o adormecimento social ou para a coesão social. Portanto, saber os grandes desafios do nosso tempo é fundamental e isso sabe-se fazendo um diagnóstico tranquilo, transparente, distante. Um dos grandes desafios será o da demografia: todas as projeções dizem que a taxa atual de jovens dos zero aos catorze anos é de 14% e que irá diminuir de uma forma acentuada.

Nas geografias vizinhas o fenómeno é exatamente inverso: Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia, Egito e Turquia, todos estes países têm taxas de juventude acima de 20% e em alguns casos, de 30%. Se olharmos para a taxa das pessoas com mais de 65 anos, acontece o contrário em virtude da melhoria das condições de vida e de saúde dos países desenvolvidos e Portugal não é exceção. Isto é um problema porquê? Porque no nosso sistema a realidade do financiamento do estado decorre da população ativa. É a população que trabalha que contribui com os seus impostos e taxas que permite os fenómenos de redistribuição dessa riqueza. Mas a taxa de dependência absoluta de idosos está a aumentar: por cada pessoa em idade ativa, há mais pessoas sem estarem em idade ativa. Isto levanta problemas de sustentabilidade do sistema do estado social. Vemos que a população com menores rendimentos não paga impostos e bem. São as pessoas que têm rendimentos superiores que estão mais pressionadas para pagar impostos. O que é que os governos fazem? Tentam financiar-se através dos impostos indiretos.

A demografia e a emigração representam grandes problemas que obrigam a repensarmo-nos como comunidade, nacional e local. Associado a isto, a robótica que levanta muitos desafios no desenvolvimento da nossa estrutura económica, pela dispensa de pessoas do trabalho. Politicamente, temos que estar à frente dos problemas antecipando-os e apresentando propostas. (CDS-PP)

A coesão social não é tema de discussão partidária no sentido em que há uma vontade comum. Não há ninguém que não corresponda à preocupação que a dimensão da coesão social traduz: o bem-estar de todos numa lógica de promoção de uma sociedade onde isto possa acontecer e numa lógica de responsabilidade partilhada. Pode é haver perspetivas diferentes de como a devemos alcançar.

Há o mito de que há zonas do país que não precisam de se preocupar muito com esta temática porque em tese têm menos problemas de coesão social. Isto é injusto para aqueles que trabalham todos os dias sob o esforço de garantir que a coesão social é um facto que se cumpre. E acaba por desequilibrar a forma como olhamos para o problema e interferem no discurso político.

A forma como este evento levanta a questão suscita a enumeração de fatores relevantes:

O acesso aos recursos e de vária ordem: humanos, financeiros, competências; dignidade e reconhecimento da diversidade: o direito que a pessoa tem à sua identidade em contraponto à ideia de que todos têm que ser iguais por vontade de outrem, do estado ou outra qualquer entidade; autonomia e desenvolvimento pessoal: durante a crise e a intervenção da *troika* foi preciso prestar especial atenção às desigualdades sociais sob a forma de intervenção de emergência, sabendo que todos nós, de alguma forma iríamos ser atingidos pela crise.

As questões ideológicas, as mentalidades e os acontecimentos condicionam a forma como atuamos sobre os problemas. Ao defender-se a ideia de que o Estado não deve intervir onde as instituições da economia social fazem melhor, o Estado tem que garantir que elas podem fazê-lo. O facto de se alterarem as políticas e a legislação é muito perturbador do trabalho das instituições da economia social. Há objetivamente posições ideológicas mais extremistas que desconfiam do papel das instituições que têm repercussões na alteração das regras ao longo das legislaturas.

São as instituições da economia social que trabalham a coesão social todos os dias mas as ferramentas de que dispõem dependem muito daquilo que se legisla na Assembleia da República. Assim, há questões sobre as quais deve ser feita uma reflexão:

A análise da avaliação das condições de recursos, num contexto de recursos escassos;

A simplificação da legislação e só quem trabalha no terreno pode trazer este *input* pois importa não dificultar a atuação das organizações ou porque se fiscaliza muito, não deixando margem para a liberdade, ou porque não se cumpre o que está legislado, p.e. com o financiamento.

Não é possível dizer que se valoriza muito a responsabilidade partilhada e depois não se dão condições para que isto aconteça. E a responsabilidade é global, do Estado, da Assembleia da República. Ao Estado Social cabe garantir que cada um tem as condições e suprir as dificuldades e os obstáculos para que cada um possa seguir o seu caminho de felicidade.

O que os deputados podem fazer é recolher informação de quem está no terreno e que nos obriga a repensar as propostas que fazemos e se estas vão garantir que quem faz bem, pode continuar a fazê-lo. Isto é promover a coesão social.

A coesão social também é o contrato de confiança entre cidadãos e o Estado. Inevitavelmente, o que não pode acontecer é que se gere desconfiança porque o sistema de pensões chega a um patamar de insustentabilidade por questões óbvias de demografia, como já foi aqui abordado. (PSD)

(\*) Os representantes do PCP, Os Verdes e PAN não se fizeram representar devido a compromissos na Assembleia da República

## Sessão Paralela 1: Diversidade cultural

---

**Moderador: André Carmo**

**Oradores: Phil Wood (Consultor), Ricardo Vieira (ESECS.IPLeiria), Mamadou Bá (Ativista)**

### **Comentários aos Dados**

Aspetos que caracterizam Cascais:

A dualidade económica é o traço marcante quando se compara as comunidades migrantes que residem no concelho. A especificidade de Cascais é o fato de ter quase 49% de estrangeiros que são oriundos de países europeus e com reflexo do ponto de vista geográfico. Temos as concentrações da comunidade europeia e da comunidade africana, num contraste bastante vincado. Como podem ultrapassar-se estas clivagens, estas diferenciações sob o ponto de vista social e geográfico; outro aspeto é a indiferença que os residentes de Cascais parecem ter relativamente ao papel dos imigrantes e da diversidade no desenvolvimento do território, sob vários pontos de vista. Que estratégias, como podem apelar, sensibilizar a população residente, para que ela passe a olhar para a diversidade e para os residentes como catalisador do desenvolvimento, promotor de maior igualdade e de outro tipo de lógicas positivas; a esta indiferença não deve ser estranho o fato do Diagnóstico Social ser completamente omissivo em relação à comunidade cigana. Há inúmeros estudos que mostram que este grupo social é, no contexto nacional, o mais afetado pela xenofobia, pelo racismo e pela discriminação; portanto este silêncio, a invisibilidade desta comunidade em particular, suscita curiosidade e reflexão. Existem estudos que demonstram o papel importante que as mulheres têm no envolvimento e dinamização das comunidades imigrantes, a questão do empreendedorismo imigrante que muitas vezes está associado a mulheres empresárias e o diagnóstico não aborda esta temática em particular; há expressões significativas de discriminação e racismo.

Outro aspeto importante são os níveis quase residuais ou inexistentes de participação cívica e política. Não é um exclusivo das comunidades imigrantes, é um traço definidor de Portugal. É mais acentuado nestes grupos o alheamento do envolvimento na atividade política. O último aspeto é a tensão ou a difícil coexistência entre questões que operam ao nível do estado central como são as questões da legalização, todo o enquadramento legal e jurídico das comunidades imigrantes e dos estrangeiros, e como isto se pode articular de uma forma eficiente e harmoniosa com as respostas que ocorrem a nível municipal, porque a questão da integração coloca-se à escala municipal. É aqui que as comunidades se vão construindo, que se articulam em maior proximidade com as instituições, contudo o papel do estado central é decisivo e nem sempre a articulação entre escalas funciona bem.

Há poucos sítios parecidos com Cascais: uma peculiar e complexa combinação de circunstâncias, por causa da história, da história do país, especialmente a complexa história do colonialismo.

Não é por acaso que a linha de costa é essencialmente habitada/frequentada por pessoas brancas e que as pessoas negras vivem a mais de 5 km dali. Não há análise social que faça isto mudar por si porque trata-se de problemas sociais e económicos e sobretudo, culturais que precisam de mudança.

Cascais tem que aprender que a sua cultura é uma multicultural. Não basta pensar de uma forma médica, paliativa, resolutiva. Sempre tivemos outros entre nós. Uma coisa é assumir uma identidade monolítica para a mulher como a pensada pela educação do Estado Novo, p.e., mas nós somos multiculturais: temos a nossa origem, fomos para determinado sítio, temos uma história de vida, temos modelos e exemplos e identificações que são retiradas do pai e da mãe, da família de origem mas depois somos todos migrantes, somos todos mestiços e estes são valores que têm que ser fomentados desde o ensino pré-escolar. Já fomos menos multiculturais mas sempre fomos multiculturais porque sempre tivemos ciganos. Os ciganos são um exemplo de sobrevivência social de sucesso de uma etnia que foi sempre perseguida e que venceu. O estado português fez legislação que os perseguia, que os obrigava a não permanecer mais de 24 horas no mesmo local. E depois nós cristalizamos imagens sobre os ciganos. Os números de Cascais são números próprios de cidades multiculturais.

Cascais não é uma ilha e reflete a realidade do país. Os números que vemos são também o retrato do país. O problema das políticas públicas é o decisor político olhar para as pessoas diversas, racializadas como sendo um problema. A partir daí qualquer desenho de política pública vai esbarrar com mitos, em preconceitos e em fracasso. Quando queremos projetar a comunidade não podemos vê-la como um problema mas sim como a solução das políticas que queremos desenhar.

Porque que é que muita gente não vê que há racismo em Cascais? A questão cultural está ligada ao passado colonial em relação ao qual não se fez uma catarse, que permanece no desenho de políticas públicas e na forma como nós olhamos o que é diverso.

O que tem acontecido é dualidade económica, indiferença, invisibilidade. Os dados mostram que a estrutura urbana pode ser fator de segregação, como a segregação habitacional, que depois se replica. Se as pessoas moram em Cascais e estão fechadas em guetos isso é resultado da dinâmica da política urbana: não há continuidade urbana e geográfica entre o que é periferia e centro. Não havendo esta continuidade não há fluidez urbana, não há fruição igual.

**Discussão/Pontos de Confronto**

Não se pode discutir as migrações, as mobilidades, a diversidade, sem incluir as cidades: porque enquanto o governo central faz as leis sobre quem pode entrar, a quem é que é dado o passaporte, a cidadania, a questão de “onde pertencemos” , “como formamos comunidades” , tem lugar na rua, nas praças públicas, nas escolas, na habitação, nas bibliotecas, nos museus, na praia; e não tem sido dada a palavra às cidades. Infelizmente existem países que i) veem os imigrantes apenas como unidades de trabalho; ii) pretende fazê-los desaparecer pela assimilação, negando às pessoas a sua identidade. O problema do multiculturalismo é que não produz qualquer estímulo à comunicação, à mistura entre as pessoas, ao cruzamento de diferentes identidades. Produz antes um tipo de separação em silo. Isto era possível numa economia de sucesso, mas depois de 2008 assistimos à competição pelos recursos escassos: trabalho, habitação, etc. O interculturalismo promove um entendimento mútuo, conhecimento das forças e fraquezas no sentido da cocriação de uma sociedade local. Somos indivíduos com múltiplas identidades que não podem ser definidas através do local de nascimento dos nossos pais. Dai a importância do conceito da vantagem da diversidade: trabalhando em conjunto e pela mistura consegue-se alcançar algo diverso do que indivíduos ou grupos individualizados conseguem. O foco nos problemas vai definir (e contaminar) toda a reflexão. Não se trata de negar a existência de problemas mas os indivíduos e as sociedades são mais do que os seus problemas. Cascais fez um esforço considerável de levantamento dos dados/problemas locais mas se este é o único prisma através dos quais se olha para a situação, só veremos patologias e centrar-nos-emos nas soluções para estes problemas. Isto pode causar o efeito de mostrar às pessoas que elas têm problemas que nem sabiam que tinham e torna-los parte da sua identidade. É um aviso. Contudo é de louvar a compilação de conhecimento sobre o que se passa, pois é um pilar essencial.

A multiculturalidade é um facto, o que queremos fazer com ela é do domínio da política. Tivemos muitos modelos de intervenção social: assimilacionismo, integracionismo, o multiculturalismo e tudo isso falhou porque a mobilidade social reconstruiu uma sociedade muito heterogénea e que põe em causa até o conceito de cidadão, passado a papel químico do conceito de estado-nação. Passamos do Direito das Comunidades para o Direito dos Sujeitos: as mulheres não devem reivindicar porque são mulheres; os ciganos não devem reivindicar porque são ciganos.

Palavras como diversidade, minorias, são no fundamental palavras fetiche para não se fazer o que é preciso fazer: a responsabilidade das políticas públicas serem universais na sua elaboração, no seu usufruto e no seu impacto. E não quer dizer que tenhamos que negar as diferenças que existem e que temos que respeitar.



Enquanto não se fizer a catarse do passado colonial este permanecerá na legislação, na produção académica e tudo isto está interligado para formar um substrato cultural onde se assume o que nós queremos como modelo de vida em comum, modelo de conviver com a diferença sem que isto seja um problema. Fazer parte é o grande desafio do desenho da política pública. Portugal tem uma imagem de país acolhedor, com boa classificação dos rankings nos relatórios internacionais. O que interessa é saber se há ou não racismo em Portugal. E há. O que temos que fazer para o combater? É sobre isto que temos que discutir e não se somos mais ou menos racistas. Há problemas no desenho de políticas de acolhimento? Sim.

As pessoas não fruem da cidade com a mesma igualdade. Da cidade e dos serviços que esta presta aos cidadãos. Os ditos bairros problemáticos: o problema não são as pessoas que lá vivem são os problemas que quem construiu o bairro criou, que é a não criação de condições para a fruição da cidade. Se eu vivo num lugar onde não posso interagir com o resto da sociedade, onde não há transportes ou são escassos, onde não há qualquer tipo de serviço, onde as escolas só concentram pessoas de fracos rendimentos, com pouca literacia, eu (decisor político) estou a criar as condições para que se mantenha essa desigualdade social. As pessoas não são invisíveis, há é quem não as queira ver. O combate ao racismo não pode ser uma proclamação. As pessoas têm que ser tratadas em igualdade de circunstâncias.

As formas como se estruturam as relações laborais o facto de haver maior precariedade (e baixos salários) nos sujeitos racializados, nos territórios mais periféricos é uma demonstração de que há práticas que atentam à dignidade, à igualdade e são o contrário de bom acolhimento, são fatores de exclusão social. Nós sabemos por estudos que 60% dos estudantes oriundos dos PALOP são orientados para vias de ensino profissionalizante o que os impede de fazer um trajeto em termos de qualificações de entrada no mercado de trabalho nas mesmas circunstâncias com os portugueses brancos.

É importante mencionar a noção de “privilégio branco”: não é uma etnicidade ou uma forma de racismo invertido é uma condição socioeconómica construída ao longo da história. Não tem a ver com a cor da pele mas com as circunstâncias históricas que colocaram o homem branco à frente de todas as outras pessoas racializadas.

### **Pistas/Propostas/Orientações**

Têm que ser as pessoas a construir as suas próprias soluções de uma forma que tenha significado para elas.

A realidade é complexa; viver é conviver; a realidade é multicultural. É de evitar o termo multiculturalismo porque é muito fundamentalista, é essencialista. É preferível falar de práticas multiculturais, assentes na multiculturalidade porque, apesar de tudo, as

As pessoas têm o direito de cultivar a sua identidade de origem: a nossa identidade não é só um eu homogéneo, cada um de nós é um eu multicultural, é um “nós”. Estamos a quebrar com gavetas monoculturais, estamos a falar da possibilidade de, apesar das diferenças, conseguirmos/aprenderemos a viver juntos. Cascais claramente é multicultural mas multiculturalidade não garante o diálogo nem que estejamos a conviver. Temos todo o interesse em ensinar as crianças desde cedo a falar ao outro, sem ter que me transformar no outro. Podemos e devemos viver juntos apesar das diferenças porque temos que encontrar mínimos denominadores comuns, os direitos humanos, por exemplo. Os direitos humanos não são apenas uma questão de cumprimento ou não cumprimento: são uma conquista, uma etapa fundamental, uma construção, são uma tomada de consciência.

Talvez a convivência desde de criança ajude a que haja respeito (e não tolerância porque esta é inimiga da interculturalidade). As pessoas têm o direito ao respeito, a serem respeitadas como são: se quiserem viver isoladas, como os portugueses viveram em Paris, temos que respeitar isso. As pessoas têm os seus rituais. Querem comer uma comida da sua terra de origem em Cascais, têm direito a isso. Temos é que criar momentos de partilha.

A mediação comunitária, a nível autárquico, é o auge da mediação intercultural, ferramenta antropológica aplicada à construção da interculturalidade. Partir dos agentes locais (escolas, associações, etc.) para pensar o território. Trata-se de uma alteração paradigmática pois trata-se de pensar as políticas sociais de uma forma territorializada. Não é para as pessoas, é com as pessoas.

É preciso uma epistemologia do reconhecimento. É preciso olhar para a pessoa e identifica-la como um sujeito político, que pela sua condição de sujeito político tem direitos universais que não podem ser violentados porque a pessoa tem uma determinada cor de pele. É antes de mais uma pessoa, portadora de direitos como sujeito político. É enquanto tal que ela deve ser respeitada no desenho das políticas públicas e o Estado, local ou central, tem essa responsabilidade.

Para se ter uma política municipal pública é preciso outro tipo de medidas:

1. Praticar a interculturalidade, no ensino básico ter conteúdos interculturais curriculares, facultativos ou obrigatórios.
2. Aprender a conhecermo-nos melhor, a amarmo-nos uns aos outros porque o amor pode vencer o ódio se nós quisermos;
3. Promover políticas de ação afirmativa, sem as quais não é possível ultrapassar as desigualdades sociais com fator racial.

É preciso consagrar a participação política dos imigrantes, não basta dizer que os imigrantes se mobilizam através do movimento associativo. São sujeitos políticos portadores de intenção: como pagantes de impostos devem ter maior participação eleitoral e na definição de como os impostos vão ser aplicados. Se queremos uma verdadeira inclusão dos imigrantes, temos que lutar pela participação política.

Promover uma educação antirracista: os municípios podem negociar com a tutela uma alteração curricular ao nível do primeiro ciclo, pois a maioria dos currículos fazem uma representação muito negativa das pessoas racializadas. É preciso que as crianças olhem a história de uma outra forma, que é comum.

Reformular o ordenamento territorial: não é possível haver igualdade na fruição do espaço público se não houver continuidade urbana, evitando os guetos para ricos e guetos para pobres. Temos isso em Cascais. Se somos todos contribuintes, somos todos cidadãos.

É importante que o esforço de mudança não fique alocado apenas e individualizado nos municípios e que se legitime pela liderança de topo (poder central).

É importante retirar ilações das conclusões do diagnóstico e não ficar imobilizado face a resultados do tipo que só 50% das pessoas consideram a imigração e a diversidade como algo positivo, pois estes valores comparados com os de outros países europeus são bastante otimistas. É importante que os indiferentes não se desloquem para uma via negativa. Por outro lado é compreensível que muitos estejam indiferentes pois uma das razões que trouxeram essas pessoas a Cascais foi não terem que se preocupar com essas questões, não querem ser obrigados a ter uma opinião e esse é um fator que é específico de Cascais. É um bom começo saber que mais de metade da comunidade já pensa que diversidade é uma coisa boa. Podem tornar o conhecimento em ação mostrando de uma forma clara que este é um sítio que acolhe as pessoas. Têm uma boa Loja do Cidadão mas ainda não diz explicitamente que se deseja aos recém-chegados que são bem-vindos. Ainda não têm um pack de informação que faça as pessoas perceberem o sistema/burocracia. Nota-se que a autarquia não tem uma estratégia de comunicação, com os média, mais proactiva para fazer passar a mensagem. Precisam de grandes declarações de princípios. Precisam de alterações na política de habitação que traga igualdade e visibilidade. Por exemplo criar um empreendimento junto à costa, no sítio mais desejável, que reflita a diversidade. Podem criar um cartão de cidadão disponível para toda a gente independentemente do tempo de permanência ou estatuto legal. É um sinal de que “você pertence aqui”, “você é um cidadão de Cascais. Isto pode ser atrativo para as pessoas apesar do seu nível económico pois vai dar-lhes acesso a serviços, cria igualdade e uma identidade local.

Viver entre diferentes implica tensão, discórdia. No limite se não houver intermediação, o conflito fica instalado. Não podemos pensar apenas numa linha resolutiva, final da

linha: temos que apostar numa mediação estrutural, apostar preventivamente numa cultura de paz; uma cultura de convivência em que ser diferente não é problema; não há multiculturalidade sem transformação de quem chega e de quem acolhe. É necessário uma pedagogia social da convivência de reconhecimento e conhecimento. Esta pedagogia social tem que ser articulada com as escolas e com a mediação comunitária que deve estar alocada nas câmaras municipais.

Aposta na educação e numa política de habitação mistas para que haja uma fluidez na ocupação do espaço. É preciso um plano na área do emprego pois se não houver emprego qualificado isso vai repercutir-se nas famílias e no trajeto escolar das crianças. É de considerar que tem que haver uma articulação dos eixos programáticos da câmara e aumentar a autonomia das divisões, criando carta de princípios para a inclusão que perpassa todos os instrumentos de gestão urbanística, social e do planeamento.

## Sessão Paralela 2: Infância e Juventude

---

**Moderador: David Rodrigues (Universidade de Lisboa)**

**Oradores: Catarina Carvalho (CMC); Adelino Calado (Agrupamento de Escolas de Carcavelos); Fábio Anjos (Jovem Mediador); Fátima Veiga (EAPN-Rede Europeia Anti Pobreza); Paula Vilariça (CADin)**

O ponto de partida da coesão social é o ponto de partida de incompletude: a coerência, cooperação, colaboração, conhecimento, compreensão.

Falar da coesão social é falar dos direitos humanos: direito a pertencer e a sentir que se pertence. Coesão social junto da educação é a principal alavanca dos direitos humanos.

### **Como é que a escola pode contribuir para a coesão social?**

A escola pode contribuir para a coesão social a partir do papel importante que tem na mobilidade social.

A escola ainda não chega a todos. A escola chega a todos em termos do acesso mas não chega a todos em termos das respostas.

A educação leva tempo a vencer a origem social dos alunos. Existe uma dificuldade da escola chegar às famílias mais desfavorecidas. Existe uma certa tendência das escolas culpabilizarem as famílias, julgando-as facilmente. A escola é pouco favorável aos pais destes miúdos e algumas famílias não entram na escola. A linguagem não é muito fácil e não se adequa para os diferentes capitais escolares. A importância de não segregar os pais. A importância do respeito da escola pelos pais.

A escola desumanizou-se. Importa uma maior humanização. Tem que haver espaço para uma maior humanização. Como humanizar uma escola? Importa mudar o papel dos professores. Os primeiros dias de aulas são fundamentais para criar vínculos. É um tempo de aproximação e de namoro. O que faz a diferença numa escola humanizada é a esperança.

Ultrapassado o desafio da quantidade com o alargamento do ensino até ao 12º ano temos que passar para a qualidade. A escola confronta-se com o desafio de passar da quantidade para a qualidade. Os professores estão muito centrados nas metas/programas deixando para o segundo plano outras questões que parece que não lhes diz respeito. Não está associado só às questões económicas. Importa aproximar os professores dos alunos. Olhar para as questões sociais dos alunos.

O papel do professor é criar vínculos, aproximar, conhecer os alunos e as famílias, não focar só nos pontos negativos/olhar para as potencialidades.

A escola não tem soluções diferenciadas: importa olhar para as diferenças. Importa a escola adaptar-se às diferenças culturais. Importa haver mais respostas e iniciativas mais próximas e trabalho mais personalizadas.

Falar da coesão social é ter um ambiente democrático. É importante a voz dos alunos na escola pois a escola pode ser a primeira experiência de participação dos jovens como cidadãos. Se não participam na escola não aprendem a participar. A escola é a primeira experiência de participação.

A escola é um contexto fundamental para promover a saúde mental pois conhecem os alunos e as suas realidades. A saúde mental é a capacidade de adaptação. Saúde mental não é doença mental. A saúde mental é a capacidade de adaptação: é quando o ser humano consegue concretizar o seu potencial; o sentimento de pertença e bem-estar, ligado à coesão social. A saúde mental é um direito fundamental. Somos todos agentes de saúde mental que é muito determinada socialmente.

### **Qual o papel das organizações da sociedade civil para a coesão?**

Mapear, Conhecer, Articular, Criar parcerias

Atribuímos demasiadas responsabilidades à escola. Os subsistemas devem estar mais articulados: escolas, ATL, hospitais

As instituições têm a vantagem de proximidade com as famílias. Disponibilidade. A proximidade entre a escola e as organizações na construção de um caminho conjunto que ajude a quebrar o ciclo de vida.

Aproximar as organizações e a escola

Programas para os jovens ajudando-os a inserirem-se na sociedade. Com estes programas conhecem as suas competências e podem potenciá-las

As instituições trabalham em conjunto – é um desafio mas um caminho futuro

Em Cascais estamos no bom caminho.

### **Que respostas existem para os jovens que não estudam e nem trabalham? (os que estão “encalhados” entre dois mundos)?**

Não existem.

Importa identificar os NEET em Cascais. Em Portugal são 67 mil.

Instituto do emprego – Garantia Jovem

Fundos europeus

Falta de investimento/necessidade de muitos recursos humanos.

CMC – programa Educa – jovens nas escolas para ganharem competências. Ponte da escola para o mercado de trabalho. Testemunho do jovem “Tomei consciência (mudei o chip) e percebi que sabia fazer outras coisas, porque me foram dadas outras oportunidades.

Importância do jovem mediador escolar que está a apoiar os jovens, está com eles e com quem os jovens podem desabafar e adquirir competências relacionais

Dar oportunidades aos jovens, na forma de pessoas, apoios personalizados “à medida”: experiência e terreno.

**O que precisamos para ser um país mais coeso, mais fraterno e que incentive a participação? (respostas rápidas)**

Dar voz

Ouvir

Envolver

Cultivar a fraternidade

Políticas transversais

Mudar todo o sistema de ensino – manter o que se faz no pré-escolar (e na creche) – tudo começa no berço.

Investir na relação

Investir na prevenção

Cuidar da nossa saúde mental

Acabar com 12 palavras: declaração de esperança de escolas mais humanizadas:

Acreditar, Humanização, Mudança, Direitos, Positivo, Cuidar, Consciência, Participação, Envolver, Empatia, Inventar e Responsabilização (tomadas às colheres desde pequeno)

como o óleo de fígado de bacalhau.

### Sessão Paralela 3: Inclusão e Deficiência/Doença Mental

---

**Moderadora: Laurinda Alves (NOVA SBE)**

**Oradores: Lúcia Canha (Faculdade de Motricidade Humana), Pedro Cabral (CADin); Paula Campos Pinto (Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos, ISCSP)**

#### **Identificam-se três questões merecedoras de reflexão:**

A mais-valia de existirem projetos que possam apoiar e trabalhar a inclusão da pessoa com deficiência na comunidade.

A Convenção dos Direitos Humanos sobre a Deficiência e as questões da paridade de participação.

As deficiências não visíveis (como os surdos, amblíopes, o autismo e as perturbações específicas da linguagem) e do papel da família.

A escola é o 1º passo para a integração da pessoa com deficiência mas após os 18 anos não existe um serviço que apoie os jovens a ser incluídos na comunidade. Apenas existem respostas institucionalizadas.

Começam agora a aparecer projetos que ajudam os jovens a ser incluídos na comunidade, p.e., os GAPIC – Gabinetes de Apoio a Projetos de Inclusão na Comunidade. Há associações que desenvolvem estes projetos e trabalham na inclusão da pessoa com deficiência na comunidade.

O projeto “Sintra Inlui” é constituído por uma equipa que acompanha e apoia os jovens na Escola e na transição para a inclusão na comunidade. Existe *follow up* e 2 anos após os impactos são enormes e diversificados (exemplos do que alguns jovens dizem):

“Passei a poder ir a sítios onde achava que não podia ir”

“Agora tenho amigos”

“Emagreci”

“Faço coisas que nunca pensei que podia fazer, mesmo que seja com ajuda”

A importância da Convenção dos Direitos Humanos sobre a Deficiência (Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência) reflete-se na forma como influenciou todo o trabalho que tem sido feito no domínio da promoção dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade.

Existe um sistema de monitorização internacional da aplicação da Convenção, através da criação do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no âmbito das Nações Unidas e é fundamental que as pessoas com deficiência e as organizações participem na



sua monitorização. Em Portugal foi produzido o relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2017”.

O Observatório da Deficiência e Direitos Humanos e as organizações que integram o seu Conselho Consultivo (constituído por 18 organizações representativas das pessoas com deficiência e doença mental e representantes de 3 universidades de norte a sul do país) submeteram ao Comité da ONU das Pessoas com Deficiência um relatório a partir do qual foram feitas recomendações ao Estado Português. As principais preocupações prendem-se com as acessibilidades e vida independente.

A partir dessas recomendações o Estado português implementou o MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente e a Lei do Menor Acompanhado.

Há uma filósofa americana – Nancy Fraser – que se preocupa muito com as questões da paridade de participação (não específico para as pessoas com deficiência, mas geral). Para esta filósofa existem 3 dimensões necessárias à paridade de participação ou justiça:

1. A redistribuição dos recursos económicos- as pessoas com deficiência estão em maior risco de pobreza.
2. O reconhecimento Social – os modos de vida, a cultura, os modos de fazer têm de ser reconhecidos como naturais (p.e., no domínio das construções acessíveis, ...)
3. A representação – “dar voz” para as pessoas participar. Garantir a acessibilidade informacional, física, comunicacional, ...

Os relatos de experiências pessoais: partilha-se o caso particular de um sobrinho que nasceu com problemas e esse diagnóstico afetou toda a família mas em particular a mãe da criança. O papel da família é muito importante porque “ganha o direito de conhecer a diferença”.

A “perturbação específica da linguagem” é algo que afeta a compreensão do que é dito e pode coexistir com outras patologias. Não perceber o que se lê ou ouve tem implicações a todos os níveis, já que significa que também não se percebem as regras. As crianças e jovens que sofrem de “perturbações específicas da linguagem” estão em risco grave de:

1. Exclusão da sociedade (cerca de 60% dos jovens com menos de 18 anos sinalizados com delitos sofrem desta perturbação);
2. Risco escolar (mau aproveitamento, chumbos e mau comportamento, incumprimento de regras,...)

Na “perturbação do espectro do autismo” e é muito importante que a família esteja muito atenta e que trate a pessoa afetada como igual. Não pode cair no erro de não

“punir” e contrariar porque “coitado ele não percebe” – isso é meio caminho para o fracasso de uma vida independente.

O papel das autarquias deverá ser na promoção da autonomia da saúde. Acautelar, p.e., a necessidade de silêncio para que possa haver descanso (assegurar a proibição efetiva de ruído a partir de uma determinada hora).

É muito importante o trabalho de integração nas empresas de pessoas com determinadas patologias e há vantagens que as empresas identificam na existência da diversidade:

1. Aumento da coesão das equipas que integram a diversidade
2. Aumento da clareza da comunicação

Foi dada a palavra a jovens e adultos com deficiência ou doença mental:

Começou por falar um jovem que foi avaliado no CADin e que já participou no Programa de Ocupação de Jovens da CMC e no Projeto Peer to Peer (de pessoa para pessoa) onde voluntários assumem o papel de mentores de jovens com necessidades especiais decorrentes de perturbações do neuro desenvolvimento / saúde mental que se encontrem sem trabalho, formação ou ocupação.

Um jovem da CERCICA começou por partilhar as coisas que já consegue fazer/realizar no seu dia-a-dia (fazer a cama, limpar o pó, ...) e referiu que achava que “devia ganhar mais”.

Falaram ainda 2 jovens com deficiência motora (moradores na Residência do Lar da Boa Vontade) que relataram as dificuldades de mobilidade, nomeadamente o acesso nos transportes públicos. Um deles, integrado num projeto da CMC, está na FNAC onde se deparou com a impossibilidade de estar na caixa devido à altura dos balcões (o facto de estar em cadeira de rodas não lhe permite ficar atrás do balcão que é demasiado alto). Para este jovem, esta experiência está a ser “um sonho tornado realidade”.

Outro jovem partilhou a experiência de jogar basquete adaptado, algo que ele pensava ser impossível, mas que lhe trouxe muitas coisas boas: “perceber que conseguia jogar basquete mesmo em cadeira de rodas”, “fez e tem amigos”, “viajou em Portugal para locais onde nunca pensou que algum dia iria”.

Por fim, falou um adulto da ARIA que partilhou algumas das suas dificuldades ao nível da empregabilidade, mas também aspetos da sua vida pessoal, nomeadamente o facto de ir ser mais uma vez pai.

**Pistas/Propostas/Orientações**

Deve-se defender um salário digno para estas pessoas e alterar a mentalidade do “que sorte pessoa” com deficiência tem um emprego”. Todas as pessoas têm direito a um emprego.

Cada um de nós deve ser “body” de alguém com dificuldades (experenciar a realidade de vida das pessoas com deficiência/doença mental)

Um dos direitos humanos mais importantes é o “direito de pertença”, o direito de fazer parte de um grupo e a sociedade tem de se adaptar para incluir estas pessoas.

## Sessão Paralela 4: Cada vez vivemos mais. E então...?

---

**Moderadora:** Ana Alexandre Fernandes (ISCSP)

**Oradores:** Paula Albuquerque (ISCSP), António M. Fonseca (Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa), Miguel Padeiro (Departamento de Geografia e Turismo, Universidade de Coimbra), Sónia Gonçalves (ISCSP) Maria João Bárrios (ISCSP)

### **Comentários aos Dados**

Refletir sobre a longevidade é preparar o nosso futuro, preparar uma sociedade mais inclusiva e com melhores condições para o processo de envelhecimento. De que maneira o envelhecimento tem impacto no Estado Social pois coloca desafios à sua sustentabilidade: as despesas vão aumentando com pensões, saúde e prestação de cuidados. De que forma o Estado social se deve organizar para garantir que na velhice os cidadãos tenham uma qualidade de vida condigna, mesmo num contexto de limitações financeiras.

É importante refletir sobre o que a União europeia apresenta como sendo o paradigma dominante e que assenta em duas ideias fundamentais: a ativação dos recursos pessoais e das suas potencialidades ao longo da vida, e que as pessoas sejam responsáveis pela construção de um percurso de vida que na velhice seja consistente com um nível de vida digno; o Estado Social é investidor pois investe no cidadão numa perspetiva de prevenção dos problemas, para que as pessoas quando chegam à velhice tenham menos problemas de exclusão social ou de saúde. O Estado vai buscar um retorno para este investimento.

Outro aspeto é o da subsidiariedade em que o Estado Central deve transferir as suas competências para atores que estejam mais próximos dos cidadãos que conheçam melhor as suas necessidades. Subsidiariedade vertical, que é a transferência de competências para o poder local e subsidiariedade horizontal, que inclui os privados, os cuidadores informais, o terceiro setor.

Estas ideias têm potencialidades mas também têm limitações de aplicação. Se verificarmos o estudo “D.I.A- Da Incapacidade à Atividade” cujos resultados podem ser consultados *online*, baseou-se no paradigma da OMS do Envelhecimento Ativo (que pressupõe três pilares: a saúde, a participação e a segurança) e tentou verificar-se qual a ressonância deste modelo em Portugal. Concluiu-se que havia um determinante muito importante que era a saúde mas destacaram-se igualmente as variáveis pessoais. Aqui incluem-se o bem-estar psicológico, a auto percepção de bem-estar, a conjugalidade, a família. Estas variáveis tinham tanta relevância para o envelhecimento como a saúde. Portanto, o debate deve fazer-se em torno das seguintes questões: se a saúde é uma

determinante importante do envelhecimento ativo como ficamos quando observamos que a faixa etária com 80 e mais anos é a que cresce mais em Portugal e Cascais não é exceção? Nesta faixa etária surgem os problemas da 4ª idade, a dependência, a incapacidade, a incidência de doenças crónicas e a demência. Como vamos lidar com o facto de as pessoas viverem sozinhas? Sabe-se que nas pessoas que vivem sozinhas, há maior incidência de risco de depressão e psicoses. O isolamento e as condições de vida põem em questão a possibilidade de envelhecer bem.

Outra dimensão relevante são as condições de habitabilidade dos alojamentos, como o nível de conforto, a sua funcionalidade e o seu grau de resistência às alterações climáticas. São muito poucas as casas que são adaptáveis, flexíveis, com pré-instalação de teleassistência, bancos de transferência no wc, etc. Continua a existir prédios sem rampas de acesso, sem corrimão e são poucos os idosos que podem fazer alterações estruturais nas suas casas. Como podemos reverter estas situações? Que mecanismos de apoio devem existir? Outra dimensão é a mobilidade, as formas de transporte. Numa lógica cumulativa, as pessoas que em Cascais manifestam que têm dificuldade em andar ou subir degraus, podem ter outros fatores de desvantagem se associarmos a vulnerabilidade social e a residência na freguesia de Alcabideche ou S. Domingos de Rana. A perda da capacidade de conduzir, a perda da capacidade de andar está associada ao aparecimento de sintomas depressivos. Sabe-se que quanto maior é o número de transportes que as pessoas têm que apanhar para sair, para socializar, maior é a tendência para as pessoas se fecharem em casa. Quanto maior é a distância para os serviços básicos como farmácia, lojas alimentares, centro de saúde, maior é a tendência para as pessoas não usufruírem desses serviços.

Um quarto dos idosos não tem com quem partilhar questões da vida privada. Metade dos idosos não frequenta locais públicos e tem falta de socialização. Que territórios se foram construindo nos últimos anos? Territórios pouco funcionais, residenciais, em alternativa a territórios que ajudam os idosos a movimentarem-se e com um urbanismo comercial adequado. Não se pode planear uma cidade amiga do envelhecimento sem a intervenção de urbanistas, sem as profissões que trabalham sobre o espaço urbano. Os projetos urbanísticos deviam contemplar na fase de instrução um conjunto de critérios amigos do envelhecimento, na construção de alojamento, nas construções novas, no espaço público.

Ao nível da empregabilidade e da sustentabilidade nas empresas, os especialistas dizem que vivemos num mundo “vuca” (*volatility, uncertainty, complexity, ambiguity*): a grande velocidade a que se fazem as mudanças, a incerteza, a impossibilidade de prever com um grau de segurança o que vai acontecer. A complexidade dos fenómenos e das suas interações e a ambiguidade daqui decorrente.

Isto afeta as organizações que têm trabalhadores cuja idade média está a crescer. As pessoas ficam cada vez mais tempo nos seus contextos laborais. Há também uma tendência para a estagnação das carreiras, mais evidente no setor público. Temos por vezes 4 gerações diferentes a coexistir no mesmo contexto laboral. Gerações que têm perspetivas diferentes do que é a carreira, o trabalho, do que querem retirar dos seus contextos profissionais e a velocidade com que realizam tarefas.

Pelo fato das pessoas permanecerem mais tempo no contexto laboral, temos maior frequência de queixas de saúde, resultantes das condições de trabalho a que os indivíduos estão sujeitos e decorrentes do envelhecimento natural. A empregabilidade sustentável é o conjunto de políticas que permitem às organizações lidar com estes contextos desafiantes. Destina-se a melhorar a capacidade e a vontade de trabalhar. Como é que, face a este conceito “vuca”, vamos conseguir motivar as pessoas para trabalhar, mantendo uma noção de bem-estar subjetivo? Como é possível manter o envolvimento das pessoas em carreiras profissionais mais longas? Este assunto deve fazer parte das agendas das organizações, de quem tem poder de decisão. Num inquérito realizado, apenas 28% das organizações dão prioridade a este tema.

O futuro passará por onde, atendendo às necessidades de todos os trabalhadores e não só aos que estão há mais tempo? Geralmente, só se começa a pensar na reforma numa fase avançada do percurso profissional. Trata-se de pensar como manter as pessoas acompanhadas e motivadas ao longo de uma carreira longa e preparar as saídas. Trata-se de fazer uma mudança cultural. Que práticas de gestão de recursos humanos incrementam esta empregabilidade sustentável? A literatura já faz menção a algumas soluções mas não encontramos práticas formalmente estabelecidas nas empresas portuguesas, p.e. pode-se sair mais cedo do trabalho porque o trabalhador também é cuidador informal de um familiar. As práticas existentes dependem da discricionariedade das chefias diretas.

### **Discussão/Pontos de Confronto**

O conceito de envelhecimento ativo da OMS remete para a promoção e na participação continuada ao longo da vida, de acordo com os desejos e capacidades das pessoas. A participação é assumida como um direito. O exercício da participação diz respeito a muitas atividades como sociais, culturais, religiosas, cívicas. Pode ser livre e estruturada, através de trabalho remunerado ou voluntário. Aumentar os níveis de participação leva à expansão das redes sociais das pessoas e isto contribui para a coesão social.

Incentivar a participação é mais importante para os grupos mais vulneráveis, onde se incluem as pessoas mais velhas e que vivem sozinhas pois são mais suscetíveis a processos de exclusão social. Tendo em conta os benefícios da promoção da participação, os programas estruturados têm efeitos muito positivos. Cada vez temos

mais programas organizados a nível local mas têm por vezes características não tão positivas porque são segregacionistas ao serem exclusivamente para idosos e porque, por vezes, “escorregam” para a infantilização quando tentam focar-se nos contatos intergeracionais. As ideias são boas, os objetivos são bons mas por vezes a execução contradiz os objetivos propostos.

Temos ciclos de vida cada vez mais diferenciados o que origina uma população que envelhece de uma forma heterogénea. Ainda que tenhamos uma população mais velha pouco escolarizada e com baixas condições económicas, os velhos mais novos, os que serão os mais velhos do futuro, não têm os mesmos perfis sociodemográficos. Portanto, os programas estruturados que existem e que podem dar resposta a alguns problemas, não vão dar resposta nos próximos tempos porque vão existir outras exigências culturais. Em Cascais crescem as variações sob o ponto de vista territorial.

Temos que repensar o apoio que é dado aos programas estruturados e apostar na promoção de outras estratégias que contemplem a participação livre e autónoma. Isto vai ao encontro dos movimentos *age friendly* (amigos de todas as idades).

Há uma responsabilidade partilhada do Estado, do terceiro setor, e há uma responsabilidade do cidadão. Sugere-se que se tome em consideração o conceito de *aging in place*: liga-se ao habitat e apela a que as pessoas possam viver o maior tempo possível nas suas casas e nos seus bairros, que por sua vez se adaptam ao envelhecimento progressivo. É de evitar ter que realizar essas adaptações apenas quando se atinge determinada idade, pois os constrangimentos podem ser muito maiores. Mas permanecem muitas barreiras á implementação do *aging in place* e da participação.

### **Pistas/Propostas/Orientações**

A variedade de algumas experiências em território nacional é benéfica. Pode parecer que o experimentalismo é algo que vai contra o pensamento organizado mas está em linha com o novo paradigma que defende que a proteção social venha debaixo para cima, que as ideias novas venham da necessidade.

Cascais é um concelho favorável ao aparecimento de boas experiências e para sustentar aquilo que não vem do Estado mas há regiões do país que não têm essa possibilidade, o que gera um problema de desigualdade territorial que pode colidir com este paradigma. Pode parecer paradoxal mas o envelhecimento é uma questão da modernidade. As pessoas têm que ter voz bem como quem cuida delas. Não vai ser possível inventar respostas com base na atual realidade demográfica portuguesa quando em 2030, 1 em cada 3 portugueses terá 70 ou mais anos de idade. É preciso ouvir as pessoas.

Os idosos e os seus cuidadores são os grandes ausentes do planeamento urbano, no processo de planear a cidade, de planear o espaço público, a habitação. Há uma falta de

formação generalizada em relação à idade. A habitação construída é para servir a população ativa; os transportes públicos servem os empregos e os turistas.

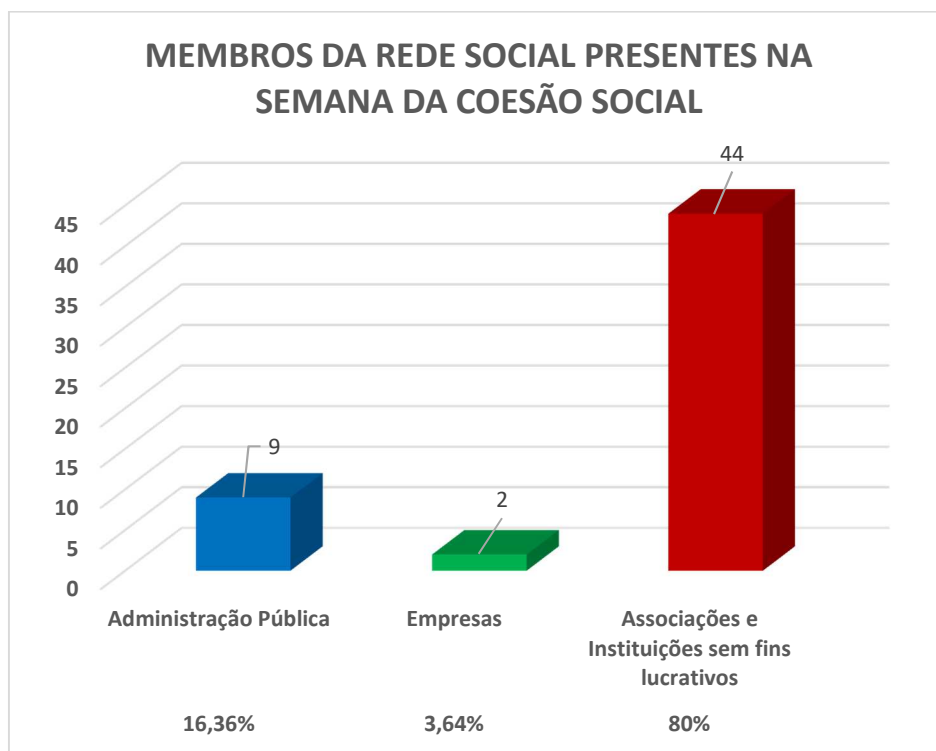
É necessário planejar/preparar o apoio extra trabalho. Vai ser preciso pensar em iniciativas concretas para as pessoas que estão “ensanduchadas” por um lado, pelo trabalho e por outro, pela família (apoio aos netos, aos pais). As empresas precisam de legislação para criar iniciativas concretas e para orientar os decisores organizacionais a lidar com as questões associadas às perdas laborais.

É preciso facilitar a participação de pessoas com alguma dependência ou incapacidade, com diminuição da funcionalidade cognitiva ou física. Também as pessoas com idade avançada têm o direito de exercer a participação.



## Participação

Das 103 organizações que compõem a Rede Social de Cascais, estiveram presentes na Semana da Coesão Social 55 organizações, o que se significa que 53,40% da Rede Social marcou presença neste evento.



O gráfico evidencia que dos 55 membros participantes, 44 são associações e instituições sem fins lucrativos, 9 fazem parte da Administração Pública e apenas 2 são empresas. Em termos percentuais, e como se pode observar também no gráfico, 3,64% das organizações presentes são empresas, 16,36% pertencem à Administração Pública sendo que a grande maioria, 80%, são associações e instituições sem fins lucrativos. Fora da Rede Social de Cascais, estiveram presentes técnicos de outros municípios como Oeiras, Sintra, Almada, Pombal, Setúbal e Lisboa, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da Fundação Ernesto Roma, da Acácia - Associação para a Cooperação Internacional com Africa, do Companheiro - Associação de Fraternidade Cristã entre outros.

Relativamente ao número de inscritos, a Semana recebeu 460 inscrições tendo participado efetivamente 389 pessoas. O número variou consoante o dia, o painel e a sessão paralela, conforme demonstrado no seguinte quadro:

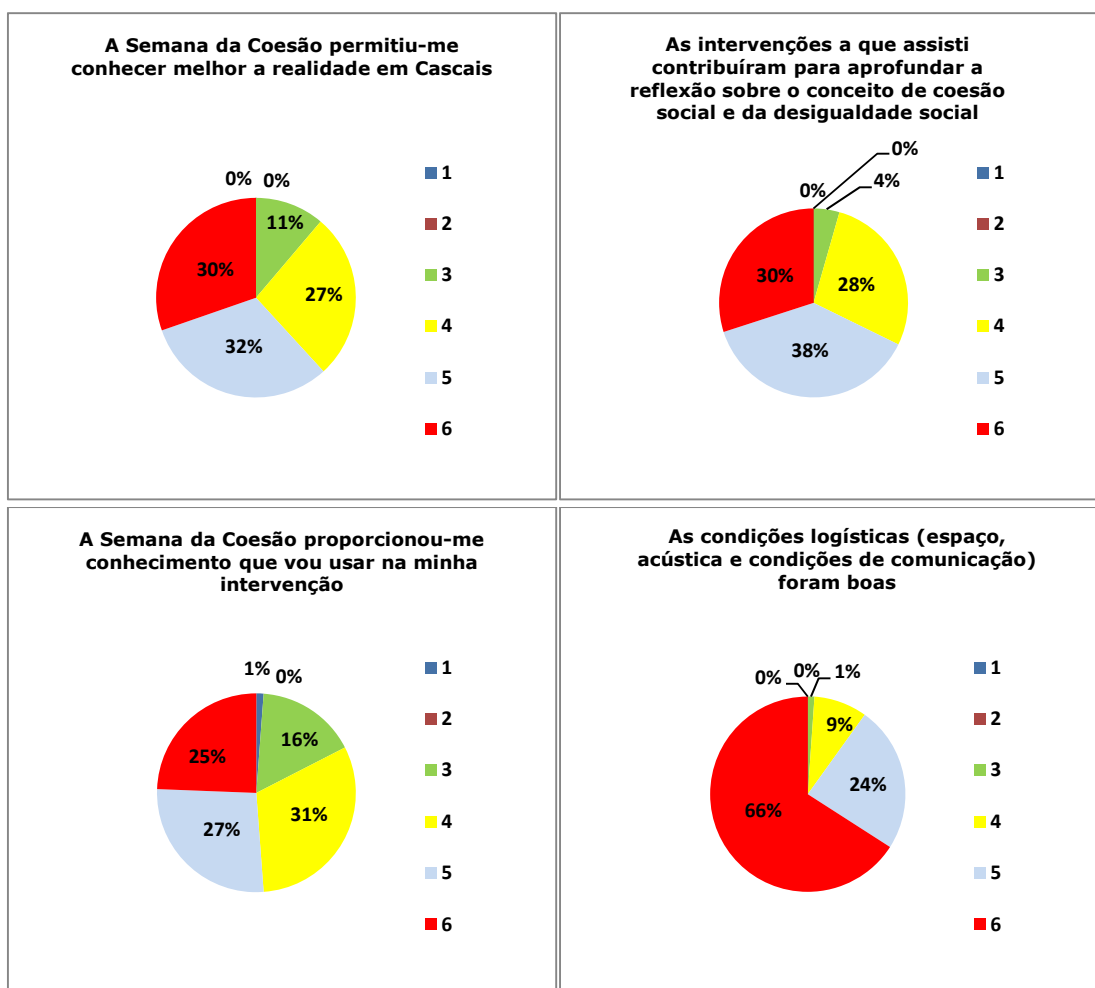
## SEMANA DA COESÃO SOCIAL – UM FUTURO ONDE TODOS CONTAM

<b>Painéis e Sessões Paralelas</b>	<b>Dia</b>	<b>Nº de inscritos</b>
Sessão de Abertura Apresentação do livro	04-dez	143
Painel I Coesão Social como Visão	05-dez	322
Painel II (Des) Igualdades e Coesão Social. Que desafios para a esfera local?		322
Painel III Governação e Governança Local, Responsabilidade para a Coesão Social. Que desafios para a rede social de Cascais?		322
Painel IV Inovação e Sustentabilidade. Desafios para as práticas e culturas organizacionais	06-dez	349
Painel V Coesão Social. Desafios atuais e futuros		349
Painel VI Cascais 2030: Cenários e desafios para um futuro próximo		349
Sessão Paralela 1 Diversidade cultural		37
Sessão Paralela 2 Inclusão e Deficiência/Doença Mental		70
Sessão Paralela 3 Cada vez vivemos mais. E então...?		106
Sessão Paralela 4 Infância e Juventude		100

Em relação à participação da CMC nesta semana, registou-se uma presença significativa da DMCC - Direção Municipal de Coesão e Capacitação Social com 58 colaboradores, sendo de salientar a presença de 12 elementos da DMEI - Direção Municipal de Estratégica, Inovação e Qualificação. As Direções Municipais de Apoio à Gestão e de Gestão e Intervenção Territorial também se fizeram representar.

### Avaliação

A avaliação foi realizada com base em 91 fichas de avaliação respondidas pelos participantes. Os valores apurados baseiam-se numa escala de resposta em que 1 corresponde a “discordo completamente” e 6 “concordo plenamente”.



Os participantes destacaram positivamente o conteúdo do encontro desde as temáticas abordadas à sua diversidade e o recurso a linguagem audiovisual para apresentar os dados do Diagnóstico Social. Valorizaram igualmente a organização do evento, o cumprimento de horários e a realização do Marketplace.

Quanto aos aspetos negativos, apesar de terem sido apontados em menor número, prendem-se essencialmente com a realização das sessões paralelas em simultâneo e com o pouco tempo dedicado ao debate, p.e.

Nos comentários livres, os participantes referem que o encontro foi bem organizado e congratulam-se com o esforço da Rede Social em estabelecer pontes como o meio académico e com as associações. Sugerem que tenha continuidade em edições futuras e apontam como fatores a melhorar a divulgação e o tempo mais alargado para a realização das sessões paralelas.

